200 números!

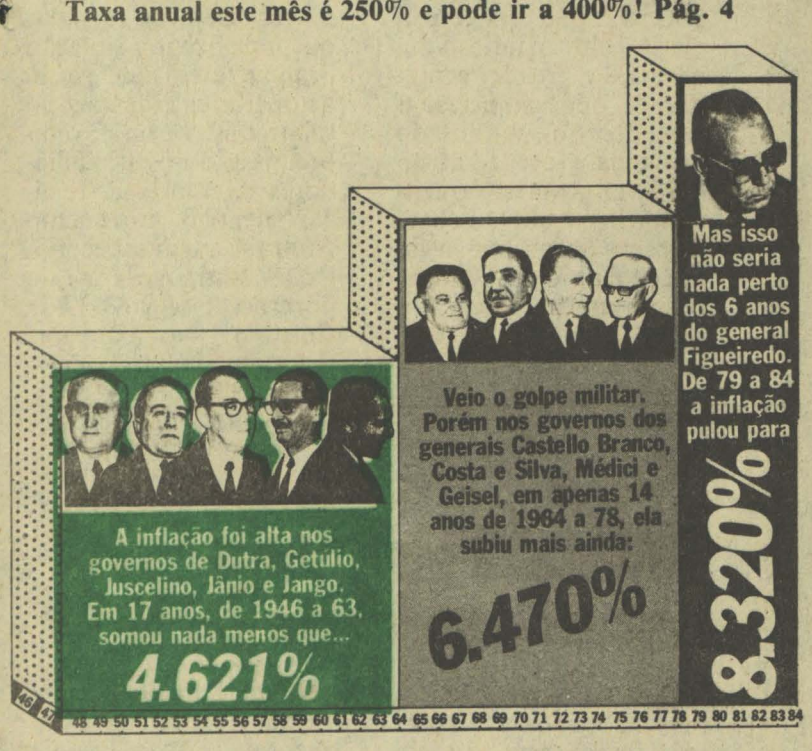
Tribuna da Luta Operária

ANO VI — Nº 200 — DE 14 A 20 DE JANEIRO DE 1985

Cr$ 700,00

Figueiredo bate novos recordes inflacionários

Taxa anual este mês é 250% e pode ir a 400%! Pág. 4



15 de janeiro:

POVO FESTEJA FIM DA DITADURA

O dia 15 de janeiro centraliza todas as atenções do país. Em várias cidades já se prepara foguetório e carnaval para comemorar a eleição de Tancredo e o fim do regime dos generais golpistas. O povo saúda o novo presidente; mas pede passagem para trabalhar pelas transformações profundas que a crise nacional exige.

Págs. 3 e 4

Sindicatos levam suas posições ao futuro presidente

Constituinte e moratória unilateral da dívida encabeçam as medidas propostas pelos sindicatos a Tancredo em Pernambuco, Minas e Brasília. Pág. 3.

PM mata líder camponês da Gleba Cidapar

Depois de matar Quintino Lira da Silva, a PM do Pará prossegue a caçada humana para eliminar Abel, outra liderança. Página 10

EDITORIAL

Nomes e programas

A partir do dia 15 de janeiro reanima-se o sentimento de esperança dos brasileiros. Muda Brasil! É o que bate com força no coração dos trabalhadores ao comemorar a vitória da campanha democrática em torno da candidatura Tancredo Neves.

No intervalo entre a eleição e a posse, em 15 de março, os operários e todos os democratas conseqüentes estarão preocupados sobretudo em comprometer o novo governo com um programa mínimo visando resolver os problemas inadiáveis que atormentam o país. E com um plano de emergência, a ser aplicado desde os primeiros dias da nova administração, para aliviar de imediato as condições de vida do povo.

O Partido Comunista do Brasil apresentou, desde julho de 1984, uma contribuição para a elaboração destas orientações. E certamente os comunistas continuarão, junto com todas as forças da frente única que se formou, empenhados em discutir as soluções mais conseqüentes para as dificuldades atuais — sem prejuízo de sua atividade permanente pelos objetivos maiores do proletariado nesta etapa do movimento social.

Em contraste com isto, a imprensa diária em todo o país já dá conta de uma outra atividade febril. É a corrida desenfreada aos cargos. Além dos ministérios, secretarias e outros postos diretamente ligados à Presidência, comenta-se que só no primeiro escalão das empresas estatais, são cerca de 12 mil lugares em disputa. Isto sem falar nos olhos compridos que buscam oportunidades nas áreas de influência até nas mais recônditas escrivaninhas da administração federal.

Evidentemente não há nenhum mal em se discutir os nomes para ocupar as funções da alta administração. Os brasileiros têm todo o interesse em ver na porta da rua a chusma de aproveitadores que nestes 21 anos se locupletaram com os bens públicos. E que no seu lugar estejam homens honrados, democratas, com idéias progressistas, e competentes. O que não se pode aceitar são pressões para obter colocações á revelia do movimento democrático e até para manter em posições chaves inimigos da liberdade.

O povo considera que nomes devem ser discutidos em função das orientações a serem aplicadas. Quer lideranças para colocar em prática esta ou aquela política debatida e aprovada pela frente democráticosque deu a vitória ao candidato das oposições. Serão homens das classes dominantes — não há porque alimentar ilusões sobre isto nesta fase da vida nacional — mas devem ao menos estar comprometidos com o anseio de mudança que empolga a opinião pública. Espera-se que sejam personalidades capazes de voltar mais tarde à praça pública, dando continuidade às brilhantes manifestações que levaram Tancredo Neves ao Palácio do Planalto, para prestar contas tanto das dificuldades como das medidas a serem aplicadas.

O novo governo terá apoio popular sempre que agir em defesa da liberdade e da soberania nacional e garantir os direitos dos trabalhadores. Por isto mesmo, não há porque deixar de ouvir a opinião das massas, que constituem o baluarte mais decidido de sustentação da democracia.

Os trabalhadores sabem muito bem que na constituição do governo haverá necessidade de considerar o amplo leque de forças que sustentou a batalha contra o monopólio de poder até então nas mãos dos generais. Os operários não participarão do governo formado pelas classes dominantes. Mas como componentes destacados da árdua campanha que ora culmina com a eleição de Tancredo, sentem-se obrigados a batalhar pelo programa do governo, de acordo com as necessidades da nação, e de fiscalizar os homens que irão executá-lo.

Gás da Cosipa já assassinou três operários por leucopenia

Nossa reportagem relata o drama dos metalúrgicos de Cubatão, ameaçados pela leucopenia, devido à omissão da empresa que coloca os lucros acima da vida humana. Página 6

Superpotências falam de paz mas preparam guerra

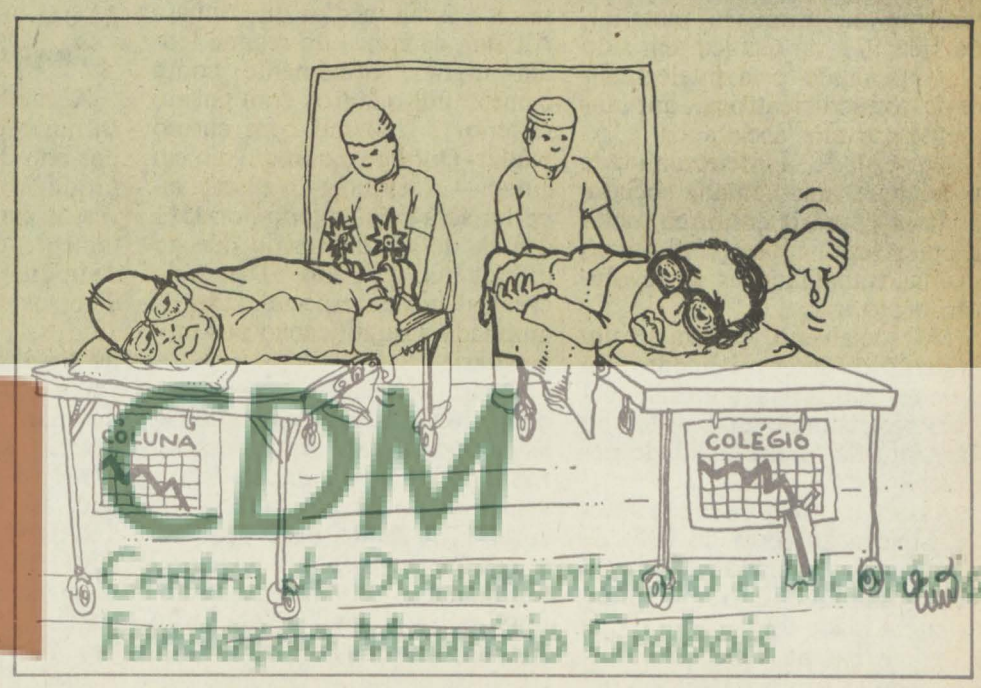
Conversações de Genebra entre Schultz e Gromiko, para variar, nem sequer afetarão o ritmo febril da corrida armamentista entre EUA e URSS. Pág. 2

Canavieiros de Guariba abrem safra grevista no campo

Mais uma vez eles estão à frente do movimento; mas, desta vez, a entressafra dificulta a luta. Leia na página 7.

Festival de "pauleira" e de comércio na capital do samba

O estilo "heavy", da "pauleira", o que há de mais pobre na música internacional, domina o *Rock in Rio*. O festival multibilionário, onde tudo é faturado pela Pepsi-Cola, a Brahma e a Rede Globo, está na página 9.



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

EUA e URSS conversam sobre paz enquanto preparam guerra

Num clima de muita pompa e expectativa artificial, o secretário de Estado norte-americano, George Shultz, e o ministro soviético das Relações Exteriores, Andrei Gromiko, realizaram em Genebra no início da semana passada uma rodada de conversações que teve como eixo as rixas e acordos em torno das armas nucleares.

Foi o primeiro encontro de cúpula entre as superpotências desde que os russos se retiraram da mesa de nogociações há 14 meses, em sinal de protesto pela instalação dos mísseis norte-americanos **Pershing** em território europeu. O máximo a que se chegou foi à resolução de retomar as negociações sobre armamentos nucleares em todos os níveis, abrangendo as armas ofensivas estratégicas — mísseis balísticos terrestres e intercontinentais —, as armas de alcance intermediário e as armas espaciais do projeto conhecido como "Guerra nas Estrelas". A única novidade é a aceitação por parte da União Soviéica de reiniciar negociações mesmo com a continuidade da instalação dos mísseis norte-americanos **Pershig** e **Cruise** na Europa e a anuência dos Estados Unidos em incluir na pauta seu controvertido projeto de criar um "escudo estratosférico" previsto pelo programa Iniciativa de Defesa Estratégica (Guerra nas Estrelas).

As negociações sobre todos estes itens terão local e data fixados no prazo de um mês. Assim, a opinião pública internacional é brindada neste início de ano com o anúncio de novos vaivéns e tratativas entre representantes dos dois supergrandes e com declarações formais e solenes pelo desarmamento, a paz e a segurança internacional — cortina de fumaça enganadora que escamoteia o verdadeiro conteúdo das conversações secretas. Estas, na verdade, conduzem efetivamene ao aumento das tensões, à intensificação da corrida armamentista e dos preparativos guerreiros.

Em que pese a pobreza das resoluções de Genebra, Reagan declarou-se "muito satisfeito" com o acordo obtido e Shultz hipocritamente assegurou que o "objetivo é a eliminação total das armas nucleares". Por seu lado, o jornal soviético **Izvetzia** profetiza que a "reunião de Genebra determinará a atmosfera política de 1985" e que o reinício do diálogo "é o que de mais importante pode acontecer este ano. Sem esse diálogo, o mundo não pode viver".

Fala-se da volta à "detênte" que supostamente traria mais benefícios aos povos do que a fase de "guerra fria" e "congelamento". Mas a colaboração e a rivalidade entre as duas superpotências imperialistas são faces de uma mesma moeda. A colaboração radica nos seus interesses comuns de manter intocadas as suas atuais áreas de influência, o que implica conservar o **status quo** na Europa, assegurar seu monopólio nuclear e conjurar o perigo da revolução em todo o mundo. Aliás, a inclusão do projeto "Guerra nas Estrelas" na pauta de negociações não poderá deixar de criar fissuras entre os "aliados" europeus dos EUA, uma vez que tal projeto é para eles inatingível pela magnitude dos gastos nescessários à sua implantação. Por outro lado, a rivalidade entre os EUA e a URSS emana da natureza imperialista de cada uma dessas superpotências, da necessidade intrínseca que cada uma tem de buscar a hegemonia mundial e cobiçar as áreas de influência da outra. Como agravante há o ingrediente da crise econômica mundial e particularmente a crise energética, que leva cada uma a intensificar sua política imperialista e a exacerbar seus métodos de dominação.

Por isso, os EUA e a URSS por muito tempo se degladiarão e simultaneamente tentarão encontrar um **modus vivendi** que se expressa em teorias como a da "bipolarização", do "equilíbrio estratégico", da "detênte" e outras mais. Somente a luta decidida contra os planos belicistas das superpotências e sua intervenção em países soberanos trará a verdadeira paz mundial. **(José Reinaldo Carvalho)**

Disputa e colaboração

O recente encontro entre os responsáveis pelas políticas externas das duas superpotências reacende um antigo debate no seio das forças progressistas e antiimperialistas em todo o mundo, em torno de um tema que ainda hoje serve como linha de demarcação entre os verdadeiros revolucionários e marxistas-leninistas, de um lado, e os oportunistas e revisionistas, de outro: **a coexistência pacífica.**

Os ideólogos do Krêmiin, que pela desmoralização da doutrina revisionista e fracasso da política capitulacionista por eles seguida há quase 30 anos, apresentam os acordos de cúpula, as conversações secretas, a colaboração e a rivalidade com o imperialismo norte-americano, como o caminho por onde passa a salvação da humanidade, a libertação dos povos e a luta pelo socialismo. E não se constrangem ao invocar o nome de Lênin atribuindo-lhe a autoria de semelhante política.

Mas tentar igualar os ensinamentos de Lênin e as tergiversações revisionistas não passa de fancaria à la Kruschov.

O grande chefe da primeira Revolução Socialista vitoriosa e fundador do Estado Socialista Soviético foi o pioneiro na formulação do princípio da coexistência pacífica entre países com sistemas sociais distintos. Para Lênin esta coexistência pacífica era irrecusável, desde que imposta pela circunstância objetiva da existência simultânea, ainda por certo período, de países socialistas e capitalistas. Na prática, este princípio encontrou aplicação através de uma política externa e diplomática habilidosa e flexível que assegurou o reconhecimento da União Soviética no concerto das nações, garantiu que sua palavra fosse ouvida e respeitada nos fóruns internacionais, preservou sua integridade territorial e solidificou suas posições como nação soberana e independente. Como política externa de um Estado operário e revolucionário, a coexistência pacífica leninista sempre se vinculou estreitamente com o internacionalismo proletário, com a solidariedade aos povos e às lutas revolucionárias do proletariado mundial.

No período em que foi dirigida por Stálin, a União Soviética consolidou ainda mais sua posição intenacional como país que lutava conseqüentemente pela paz mundial e ao mesmo tempo não se afastava de seus deveres internacionalistas. Exemplo disso foi a lúcida política externa do pós-guerra. A bandeira de luta pela paz levantada então por Stálin galvanizou os povos e granjeou enorme prestígio para a pátria do socialismo.

Porém a coexistência pacífica krushovista, como mostrou o curso dos acontecimentos após o XX Congresso do PCUS (1956) até hoje, representou a renúncia à luta de classes no plano internacional, a colaboração ora aberta, ora secreta com o imperialismo e a reação mundial, a difusão de um doentio e inerme espírito pacifista, a negação do caminho revolucionário para a transição ao socialismo.

Os marxistas-leninistas, à frente do proletariado mundial, são os mais decididos oponentes à guerra imperialista que as forças da reação mais negra preparam de modo infrene. Erguem bem alto o estandarte da luta pela paz mundial. Mas não silenciam em relação a doutrina urdidas pelos agentes da contra-revolução como é a coexistência pacífica krushovista.

A política externa da República Popular Socialista da Albânia, país que constrói o socialismo com as próprias forças, é um vivo exemplo da coexistência pacífica e do internacionalismo proletário, tal como Lênin concebeu, em aplicação às intrincadas condições do mundo moderno.

Shultz e Gromiko: nuvem de fumaça para esconder o belicismo

Greve geral contra governo do Equador

Apesar da violência policial, que chegou a matar um manifestante no dia 8 e prender centenas de oposicionistas, o Equador foi paralisado por uma greve geral no dia 9. O governo do reacionário León Febres Cordero decretou a ilegalidade da greve e chamou o Exército para reprimir os trabalhadores. A greve foi convocada pela Federação Unitária dos Trabalhadores, para exigir a revogação do aumento de 60% do preço da gasolina e de 50% dos transportes, além de medidas que amenizem a situação dramática em que vivem os operários e demais assalariados. Já em novembro passado os trabalhadores tiveram que realizar idêntico movimento contra as medidas econômicas antipopulares do governo do oligarca León Cordero. No equador, cerca de 50% da população está subempregada, recebendo menos do que o salário-mínimo por mês.

Nicarágua dá posse ao presidente Ortega

Com a presença de 350 personalidades de 46 países, foram empossados, nos dias 9 e 10, os representantes eleitos para a Assembléia Nacional (com funções de Constituinte), o presidente e o vice-presidente da Nicarágua. As eleições foram realizadas em 4 de novembro, e a Assembléia Nacional ficou composta por 61 representantes da Frente Sandinista, 14 do Partido Conservador Democrata, nove do Partido Liberal Independente, seis do Partido Popular Social Cristão. O Movimento de Ação Popular Marxista-Leninista, o P"C" revisionista e o Partido Socialista ficaram com dois representantes, cada, na Constituinte nicaragüense. Daniel Ortega Saavedar e Sérgio Ramírez Mercado foram empossados presidente e vice do país. Dos 1.560.588 eleitores, 1.170.102 votaram nas eleições — as mais democráticas da história de Nicaágua.

A intelectualidade integrada com o povo

A intelectualidade nunca foi e nem pode ser uma classe à parte, já que não ocupa uma posição independente no sistema de produção social. Ela no geral serve às classes — e serviu no passado — no poder.

Um ponto de vista que está sendo divulgado pelos sociólogos burgueses e revisionistas, com o desenvolvimento da revolução técnico-científica, é o de que a classe operária tende a se reduzir e a desaparecer como classe, já que o papel decisivo no desenvolvimento da produção material, da ciência e da técnica tem sido desempenhado pela intelectualidade técnico-científica, que aumenta a ritmos acelerados.

Na verdade, a intelectualidade permanece uma camada social e a classe operária continua sendo a única força capaz de dirigir as massas trabalhadoras na revolução proletária.

No socialismo, realiza-se um impetuoso desenvolvimento do sistema educativo, cultural, técnico-profissional, que influi no aumento da intelectualidade popular.

Assim, na Albânia, onde antes da Libertação cerca de 90% da população era analfabeta, em 10 anos o analfabetismo foi liquidado até a idade de 40 anos, o que não tem par na história em nenhum país. As escolas superiores foram criadas depois de seis a sete anos; a universidade, depois de 12 anos de poder popular. O ensino é ministrado gratuitamente em todas as escolas.

Para a elevação do nível educativo e técnico-profissional dos trabalhadores das cidades e do campo, foi constituído o sistema das escolas sem interrupção do trabalho, propiciando aos trabalhadores uma série de facilidades para a sua freqüência.

Dos apenas 380 quadros superiores e 2 mil médios que tinha a Albânia da época do regime feudal-burguês, atualmente conta com 55 mil quadros com ensino superior e 230 mil com ensino médio. Durante o qüinqüênio em curso — o sétimo — o ensino superior será freqüentado por 45% a mais de estudantes do que no qüinqüênio passado. Têm sido criadas novas especialidades e ampliada a qualificação pós-universitária.

O primeiro lugar nos grupos da intelectualidade é ocupado pela intelectualidade da produção, nas cidades e no campo; depois vem a do ensino, da ciência, da cultura, da saúde, e um pequeno número é representado pela intelectualidade da administração. Foi realizada uma colaboração frutífera entre a intelectualidade e a classe operária e o campesinato. O trabalho produtivo entrou como um dos elementos básicos do processo educativo na escola.

Os intelectuais trabalham diretamente na produção um mês a cada ano

TRABALHO PRODUTIVO

A intelectualidade participa de forma regular durante um mês por ano diretamente no trabalho produtivo. Os especialistas de diversos campos colaboram estreitamente com os operários e os camponeses para a solução dos diversos problemas da produção. Juntos, participam do trabalho de pesquisa e do científico, na elaboração dos planos e nos estudos para o desenvolvimento dos diversos setores.

Muitos são os quadros novos que, atendendo ao chamamento TRABALHAR LÁ ONDE A PÁTRIA MAIS NECESSITA, manifestam sua disposição em trabalhar nos canteiros das grandes obras em construção do qüinqüênio, as obras industriais, assim como em contribuir para o progresso das aldeias camponesas, sobretudo nas distantes zonas montanhosas.

Uma verdadeira revolução realizou-se na freqüência à escola por parte das mulheres, cujas fileiras têm oferecido muitas intelectuais populares e quadros superiores. As mulheres representam mais da metade dos estudantes das escolas superiores.

"O nosso país — afirmou Enver Hoxha no 8º Congresso do Partido do Trabalho da Albânia — transformou-se numa grande escola, onde todos estudam e trabalham, criam e fazem prosperar a pátria. Assim, as pessoas participam ativamente na criação dos valores da cultura material e espiritual, e na sua utilização permanente. Aqui reside uma das superioridades do nosso sistema socialista sobre o sistema capitalista."

Leia e estude o marxismo-leninismo

NOVA LISTA DE PREÇOS E TÍTULOS

Marx e Engels

O Manifesto Comunista — Cr$ 3.400 Sobre a literatura e a arte — Cr$ 7.800 Obras escolhidas — 3 volumes — cada volume Cr$ 20.000 Ideologia Alemã — Cr$ 8.400

Engels

Dialética da Natureza — Cr$ 13.350 Anti-Dühring — Cr$ 13.750 A origem da família, da propriedade privada e do Estado — Cr$ 9.400 Do socialismo utópico ao socialismo científico — Cr$ 5.600 O papel do trabalho na transformação do macaco em homem — Cr 2.700

Marx

Liberdade de imprensa Trabalho assalariado e capital — Cr$ 3.300 Salário, preço e lucro — Cr$ 3.900 A origem do capital — Cr$ 9.800 Miséria da Filosofia — Cr$ 5.200.

Lênin

As 3 fontes e as 3 partes constitutivas do marxismo — Cr$ 5.800 O trabalho do Partido entre as massas — Cr$ 5.000 Sobre os sindicatos — Cr$ 5.000 O programa agrário — Cr$ 5.000 O que fazer? — Cr$ 10.200 O estado e a revolução — Cr$ 10.300 Esquerdismo, doença infantil do comunismo — Cr$ 9.800 Imperialismo, fase superior do capitalismo — Cr$ 8.700 A revolução proletária e o renegado Kautsky — Cr$ 5.000 Teses de Abril — Cr$ 4.000 Como iludir o povo — Cr$ 3.900

Stálin

Fundamentos do leninismo — Cr$ 8.800 O marxismo e o problema nacional e colonial — Cr$ 5.000 Materialismo dialético e histórico — Cr$ 3.900

Enver Hoxha

Reflexiones sobre China — 2 volumes — cada volume Cr$ 10.000 Les Titistes — Cr$ 5.000 Imperialismo y Revolución — Cr$ 5.000 Discurso aos eleitores — Cr$ 1.500 O Eurocomunismo é anticomunismo — Cr$ 6.000

João Amazonas

Socialismo, ideal da classe operária, aspiração de todos os povos — Cr$ 4.000 Pela liberdade, pela democracia popular — Cr$ 3.000 O revisionismo chinês de Mao Tsétung — Cr$ 3.000 A atuação dos trotsquistas no PT — Cr$ 500

OUTROS AUTORES

Marx, o homem, o pensador e o revolucionário — D. Rizzanov — Cr$ 9.800 Dez dias que abalaram o mundo — John Reed — Cr$ 17.500 Greves operárias na Bahia — Renildo Souza — Cr$ 2.000 Princípios fundamentais do marxismo — Plekhanov — Cr$ 7.600 A questão agrária — Kautsky — Cr$ 7.000 Itinerário de lutas do PC do Brasil — Haroldo Lima — Cr$ 2.000 Socialismo na Albânia — Jaime Sautchuk — Cr$ 13.000 Em defesa dos direitos e da emancipação da mulher — Luísa Morais e textos de Marx, Engels, Lênin e Auguste Bebel — Cr$ 2.000 História da riqueza do homem — Léo Hubbermann — Cr$ 14.000.

Pedidos com o envio de cheque nominal à Editora Anita Garibaldi, rua Brigadeiro Luís Antônio, 317, sala 43, CEP 01317 - Fone 34-0689 - São Paulo.

CDM Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

Compromissos de Tancredo com sindicatos

Neste início de ano, Tancredo Neves intensificou seus contatos com o movimento sindical. Nos três encontros realizados — em Recife, Belo Horizonte e Brasília — os trabalhadores expuseram suas principais reivindicações, apesar de o movimento sindical ainda se ressentir da falta de lideranças representativas e de uma organização forte e respeitável.

A atuação dos sindicalistas combativos garantiu resultados mais positivos no Encontro de Belo Horizonte

O "Encontro dos Sindicalistas Brasileiros com Tancredo Neves, realizado em Belo Horizonte no último dia 5, contou com a presença de mais de mil dirigentes e ativistas sindicais, representando 21 Estados do país. O evento foi coordenado pelas Federações de Trabalhadores de Minas.

Em Minas, garantia do fim das intervenções sindicais

Ao chegar no Centro de Convenções, o candidato da Aliança Democrática foi recebido aos gritos de "1, 2, 3, 4, 5, mil, queremos Tancredo presidente do Brasil". Jorge Noman, presidente da Federação dos Metalúrgicos, leu o documento contendo as exigências dos trabalhadores, onde se destacam: Constituinte em 86, precedida do fim das leis de exceção e da liberdade de organização partidária; revogação da lei de greve; autonomia e liberdade sindicais, mantendo-se o princípio da unidade; moratória unilateral da dívida externa, aplicação do Estatuto da Terra como início da reforma agrária, e combate à violência no campo.

Depois de ter feito um minuto de silêncio em homenagem a Eloy Ferreira da Silva, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Francisco, assassinado por grileiros em 16 de dezembro **(ver TO nº 199)**, Tancredo iniciou seu discurso. Comprometeu-se com diversas reivindicações dos sindicatos, detendo-se em particular na Constituinte. Garantiu que "ficaremos livres da humilhação das intervenções nos Sindicatos, das prisões e cassações de seus dirigentes e das cartas sindicais, com a plenitude da autonomia sindical". Defendeu a unicidade sindical, momento em que os presentes gritaram "Unidade, unidade".

Para o êxito do Encontro foi fundamental a presença dos segmentos mais conseqüentes do movimento sindical, embora não tenham tido peso na articulação do evento, rigidamente controlado pelos sindicalistas mais atrasados. Quando Jorge Nomam, que dirigia a mesa, tentou impedir que a plenária fizesse alterações no documento, a forte pressão desencadeada pelos segmentos mais combativos conseguiu impor, por exemplo, a defesa da moratória unilateral da dívida externa, complementando a formulação inicial, que era genérica. Alteravam assim o próprio conteúdo da reunião.

Para Inês Teixeira, presidente do Sindicato dos Professores de Minas a reunião "valeu a pena. Apesar de ter havido debilidade, o resultado final foi bom. O candidato reafirmou compromissos com os sindicalismo e isso nos permite cobrar depois da posse". André Montalvão, presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Minas, também considerou o Encontro positivo. "Foi mais uma oportunidade para conversar, sem abrir mão de nossas posições".

Em Pernambuco, críticas à "injusta estrutura agrária"

Dois dias antes, o candidato oposicionista manteve um encontro com mais de mil dirigentes e ativistas sindicais de Pernambuco — principalmente sindicalistas rurais —, no Teatro Santa Isabel. Ao entrar no teatro, Tancredo foi bastante ovacionado. O primeiro orador, que falou em nome dos trabalhadores da cidade e do campo, foi Euclides de Almeida, ex-presidente da Fetape (Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco), atualmente assessor sindical da entidade. Euclides detalhou a situação de miséria dos trabalhadores pernambucanos, "e o mais revoltante é que as riquezas produzidas por nossos braços são para pagar a dívida externa, feita sem nosso consentimento". Ele também falou sobre a situação agrária no Estado e reafirmou a posição do último Congresso dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco exigindo a "desapropriação de toda a zona canavieira, como área de tensão social, conforme reza o Estatuto da Terra".

Ao final do encontro, foi entregue a Tancredo um documento assinado por 224 entidades sindicais, associações de moradores e outras entidades democráticas, além dos partidos na clandestinidade — como o PC do B. Ao responder às reivindicações apresentadas, o candidato da Aliança Democrática afirmou que era "preciso recolher os clamores da consciência social". Tancredo também falou que combaterá "nossa iníqua estrutura agrária, reconhecidamente injusta", dizendo que "procurará levar a efeito a reforma agrária, sem traumas e sem violência". No período da tarde, o candidato oposicionista manteve contato com os usineiros que criticaram suas referências à necessidade da reforma agrária!

(das sucursais)

Euclides de Almeida apresenta as reivindicações dos pernambucanos

Em Brasília, promessas à plenária sindical unitária

Por último, no dia 7, o candidato da Aliança Democrática manteve contato com os dirigentes da Conclat (Coordenação Nacional das Classes Trabalhadoras), em Brasília. Neste encontro, Tancredo garantiu que no seu governo os representantes do movimento sindical participarão na direção das empresas estatais e dos órgãos públicos, como o BNH, FGTS e Previdência Social. Prometeu também abrir um canal para a participação das entidades sindicais na elaboração dos planos do futuro governo, garantindo que os sindicalistas terão acento nas subcomissões que serão criadas para detalhar seus planos de ação.

Finalmente, Tancredo saudou a proposta da Conclat de realizar uma plenária nacional sindical unificada, nos dias 8 e 9 de março, em Brasília. Nela os sindicalistas discutirão as reivindicações dos trabalhadores e sua participação nos destinos do país.

(das sucursais)

Novo tipo de relacionamento

Os últimos dias presenciaram três importantes reuniões do movimento sindical com o virtual presidente da República, Tancredo Neves — em Belo Horizonte, Pernambuco e Brasília. Elas representam o início de um novo tipo de relação entre o poder político central do país e o sindicalismo. Passa a ser uma relação política e não policial, como foi até agora.

Que tipo de relacionamento predominará na área política entre o futuro governo e o movimento sindical? Este será sem dúvida um importante assunto que os sindicalistas brasileiros deverão debater e chegar a uma conclusão o mais rápido possível.

PROCURA DE APOIO

O Encontro de Belo Horizonte indica algumas pistas de como deverá ser esta relação. Alguns dizem que a reunião se realizou para indicar certo político para o Ministério do Trabalho; outros dizem que foi para acertar os detalhes do chamado pacto social. Nas intenções pode haver de tudo isto um pouco. Entretanto o objetivo maior desse encontro foi lançar uma pedra a mais na construção de uma base sindical de sustentação para a "nova República" prometida por Tancredo.

Entre as heranças que o regime militar, com sua ação policial, deixou para as novas lideranças da burguesia que assumem o poder a partir de 15 de março, encontram-se a pulverização do movimento sindical, a castração de suas lideranças e a redução de sua influência e de sua representatividade. Sem dúvida, Tancredo Neves e sua equipe se ressentem disto e procuram a todo custo e no menor tempo possível estabelecer canais com o movimento sindical que lhes assegurem um certo tipo de apoio da base sindical a seus planos. Principalmente no que se refere à construção do tão falado e pouco explicitado pacto social.

MANTER INDEPENDÊNCIA

Enquanto isso, dirigentes sindicais de importantes entidades mostram-se perplexos e sem clareza de como agir. Não estão preparados à altura para o novo jogo político que se instaurará no país e, conseqüentemente, correm o risco de serem cooptados pelo novo governo.

O movimento sindical apóia Tancredo Neves no sentido de derrotar o regime militar, encerrando assim os 21 anos de arbítrio e prepotência. Entretanto, ao emprestar este justo apoio, o sindicalismo brasileiro não pode perder sua independência. Não pode, nos moldes de um neopeleguismo, passar a ser um mero apêndice do governo.

Deve apoiar o novo governo naquilo que signifique a consolidação da vitória contra o regime militar e, através de justas pressões, lutar para pôr em prática as resoluções que façam avançar sua luta e unidade. A plataforma básica do movimento sindical está estabelecida nas resoluções de importantes congressos e encontros, como o Conclat de Praia Grande em 1983.

O movimento sindical deve, também, apresentar ao futuro presidente uma pauta mínima de reivindicações, um plano de emergência, que contemple pontos fundamentais para o alívio imediato das duras condições de vida e trabalho dos trabalhadores. Para cumprir estas tarefas, assume enorme significado a realização da plenária sindical nacional, em março próximo, em Brasília.

(Ronald Freitas)

Novo governo: vitória do povo contra a ditadura

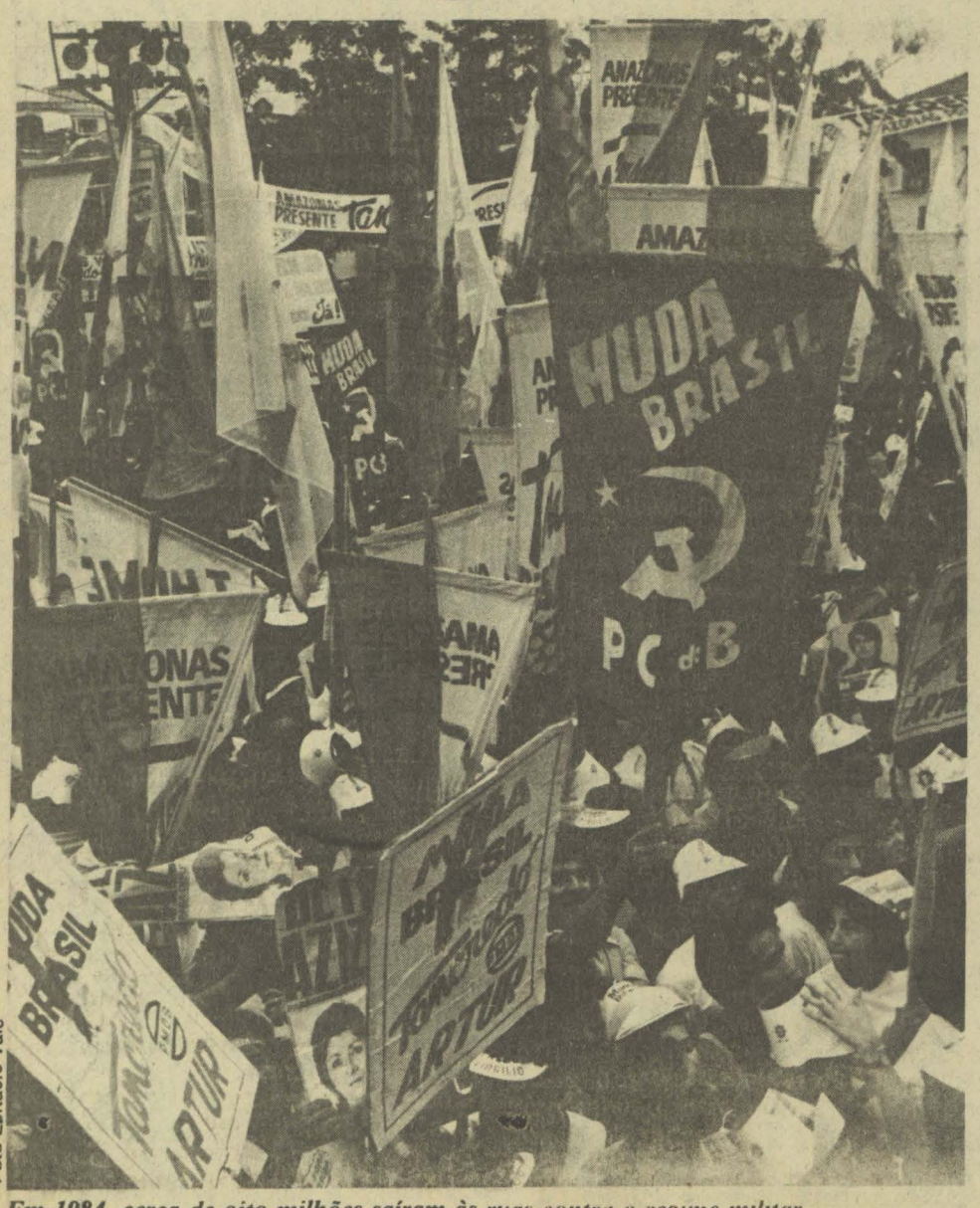


Foto Epitácio Vale

Em 1984, cerca de oito milhões saíram às ruas contra o regime militar

Abaixo a ditadura! Este foi o grito que durante 21 anos esteve presente por todo lado no Brasil. A escolha de Tancredo Neves para presidente em 15 de janeiro assinala o fim desta página negra de nossa história. É uma grande vitória do povo que, com vigorosas manifestações de massas, demoliu todos os planos continuístas dos generais.

Por duas décadas, através de perseguições políticas, de casuísmos os mais vergonhosos e da corrupção desenfreada, os generais montaram uma fabulosa máquina de opressão ao povo. E pretendiam, na atual sucessão, nomear o sexto presidente ao gosto da alta cúpula militar.

Para realizar este projeto, montaram um Colégio Eleitoral com cartas marcadas visando garantir a vitória do candidato do PDS. Até o início de 1984, imaginavam que nada deteria a continuidade do regime militar.

CONQUISTA DAS MASSAS

Mas as manifestações de massas, que tiveram início com o comício de quase 400 mil pessoas pelas diretas-já em São Paulo, atuaram como um "exorcet" e demoliram inteiramente todas as trapaças dos governantes. O PDS se fragmentou em vários pedaços. Criou-se a Frente Liberal. Maluf, sempre arrogante, transformou-se num lamentável retrato do regime moribundo: corrupto, prepotente, mas derrotado.

O governo Tancredo nasce como imposição de um magnífico movimento popular de massas, sem sombra de dúvida o mais vasto já realizado no país. Sua legitimidade foi conquistada nas praças públicas, já que a ditadura em desespero impediu o pronunciamento dos brasileiros diretamente nas urnas.

Numa derradeira manobra, a oligarquia fardada ainda ameaçou com um golpe militar. Os ministros das Forças Armadas fizeram discursos raivosos atacando todos os que ousavam contrariar as suas ordens de aderir a Maluf. Chegaram a cercar a Assembléia Legislativa do Maranhão com metralhadoras para impor delegados malufistas ao Colégio Eleitoral. E desencadearam uma espetacular operação repressiva contra os comunistas em vários Estados, em fim de outubro, para tumultuar a sucessão. Tudo em vão.

Diversos fatores, de ordem política e econômica, contribuíram para o desfecho da luta a favor da democracia. Mas a força principal foi o povo com sua presença majestosa nas ruas. Foram os milhões com o punho cerrado, exigindo a liberdade, que decidiram a parada.

LUTA POR MUDANÇA

Apesar disto, é forçoso reconhecer que a mobilização de massas não se traduziu satisfatoriamente em organização popular. A classe operária e os trabalhadores em geral não estão organizados de acordo com as necessidades. Em função disto, são os setores moderados da burguesia que predominam na direção deste processo. E empolgam o governo conquistado.

O novo governo significa hoje a esperança de mudanças. Tancredo Neves, expressando a orientação da Aliança Democrática, anunciou a "nova República", que é um novo ordenamento político em substituição ao regime militar. Merecerá o apoio do povo enquanto movimento para liquidar a herança destes 21 anos de tutela dos generais. Por outro lado, encontrará resistência das massas na medida em que tentará consolidar os planos da burguesia para reformar e reativar o capitalismo, sem tocar a fundo na questão da dominação imperialista e no problema do latifúndio.

Ressaltam-se, portanto, como questões polêmicas, que exigirão uma ampla mobilização popular: a luta pela suspensão do pagamento da dívida externa e pelo rompimento dos acordos com o FMI; a batalha dos camponeses pelo direito à terra; a continuidade do combate pela liberdade e pela participação efetiva das organizações operárias e populares na Assembléia Constituinte a ser convocada em 1986; a defesa dos direitos dos trabalhadores e a recuperação do que perderam com o arrocho salarial.

Os trabalhadores terão também pela frente a urgente tarefa de elevar o seu grau de organização. Organizados e coesos manterão a unidade com os democratas conseqüentes, na defesa da liberdade e da soberania nacional. Ao mesmo tempo atuarão com independência, para não serem arrastados a reboque dos projetos buegueses no "pacto social". Lutarão para consolidar as vitórias alcançadas e para avançar nas transformações de que a nação necessita. **(Rogério Lustosa)**

CDM Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

Em 15 de janeiro o povo volta às praças para comemorar a vitória de Tancredo

Povo nas praças para festejar o dia 15

O Brasil se prepara para comemorar sua vitória sobre o regime entreguista e corrupto dos generais. Nos principais centros urbanos do país estão sendo instalados telões nas praças públicas para que o povo possa acompanhar, nas ruas, a vitória esmagadora de Tancredo Neves sobre o candidato-trombadinha, Paulo Maluf.

Apesar da comoção criada no Rio de Janeiro pelo "Rock in Rio", a expectativa em relação à eleição de Tancredo Neves no próximo dia 15 é muito grande. Para o dia, está sendo montado pelo PMDB um grande esquema de acompanhamento da votação em praça pública, ns Cinelândia — mesmo local em que se realizou a memorável vigília cívica por ocasião da votação da emenda Dante de Oliveira. Será instalado um gigantesco telão e a praça será inteiramente sonorizada para que o povo possa acompanhar lance por lance o desenrolar da votação no Colégio Eleitoral. Para o momento decisivo que dará a vitoria a Tancredo está reservado um grande espetáculo visual com fogos de artifício, balões, etc.

CARNAVAL DA DEMOCRACIA

A partir da vitória de Tancredo, a comemoração na praça se transformará no primeiro grito de Carnaval da Democracia. Várias baterias de escolas de samba já confirmaram a sua presença. O carnaval será regado à base de um "chopinho democrático" vendido a apenas Cr$ 200,00. No final da tarde se apresentarão grupos de teatro, inclusive com a peça "A história na praça", montada por Rodrigo Faria Lima usando bonecos que representam personalidades políticas da história brasileira. A partir das 18 horas haverá um show de MPB, com Beth Carvalho, entre outros artistas. Espera-se mais de 100 mil pessoas na comemoração da vitória.

Em São Paulo o centro das comemorações será na Praça da Sé. Escolas de samba, artistas e políticos estarão presentes para a festa democrática. Serão instalados telões, para transmissão direta da votação do Colégio Eleitoral, e um placar registrará os resultados da eleição, voto a voto. "No momento em que decidir o 344º voto (metade mais um) haverá um espetáculo com fogos de pelo menos meia hora", promete o vice-presidente do PMDB no Estado, deputado Waldemar Chubacci. Um trio elétrico deverá comandar um corso, da Praça da Sé à Avenida Paulista.

Também em Campinas, São José dos Campos, Santo André e Embu estão programadas festas comemorativas da derrota do regime militar na sucessão presidencial. No Embu, após o anúncio do resultado do Colégio Eleitoral, sairá uma caravana pelos bairros, anunciando a boa nova do fim do governo dos generais.

Em São João del Rey, Minas, terra natal de Tancredo Neves, o povo também prepara uma grandiosa festa. E, com orgulho, já comenta que o nome da cidade deveria ser mudado para "São João del Presidente"...

Hiperinflação em 1985 pode pular para 400%

Estamos vivendo uma nova explosão da carestia. A inflação de janeiro poderá atingir 15%. Da faixa de 200% ao ano, a inflação pode pular para 300 ou 400%. Os militares saem de cena duplamente derrotados: na esfera política perderam a sucessão; na economia vão perdendo completamente o controle. Os especuladores, como vermes, corroem a carniça deixada.

A nova onda de aumentos foi disparada pelo reajuste dos combustíveis, de 25%, que elevou o preço do litro de gasolina para Cr$ 1.700. Em apenas 10 dias de janeiro, a FGV já calculou a inflação: 5%. Os próprios sindicatos patronais do comércio varejista no interior de São Paulo reconheceram na imprensa que estão remarcando os preços na virada do ano em 40%.

A situação pode degenerar na maior crise social de toda nossa história. Os trabalhadores são os maiores atingidos e, já apertados pelo violento desemprego, chegam a uma situação desesperadora. Enquanto a inflação durante 1984 atingiu 228%, os reajustes salariais tiveram como base um INPC de 203%. O quadro torna-se ainda pior se analisarmos a alimentação e o transporte, que pesam mais no orçamento dos trabalhadores.

CAUSAS ESTRUTURAIS

É verdade que o período de transição de poder tem influência desestabilizadora sobre os preços; além disso, todo o começo de ano é normalmente "aquecido". Mas todos esses fatores vêm apenas agravar uma situação de hiperinflação que já dura seis anos. As causas são estruturais, e as que têm mais destaque nos últimos dois anos são as faixas de juros, nacionais e internacionais, a dívida externa, a dívida interna e o monstruoso superávit causado pelas exportações. Além desses ítens, devemos destacar a retirada de subsídios do petróleo e trito e do crédito agrícola.

As altas taxas de juros internacionais, empurradas pela política de gastos em armamentos do governo norte-americano, só encontram paralelo nas alucinantes taxas do mercado interno, paraíso dos especuladores. Os juros anuais para dinheiro de curto prazo ultrapassam 510% anuais. Isto num país com 100 bilhões de dólares de dívida externa, atua como uma bomba atômica inflacionária.

RETIRADA DOS SUBSÍDIOS

A retirada dos subsídios ao petróleo teve grave influência sobre a inflação brasileira: enquanto o índice geral foi de 228%, os combustíveis foram reajustados em 285%. O álcool, que misteriosamente ultrapassou os reajustes dos importados, subiu 323%.

A dívida interna é também um dos pontos chaves do câncer inflacionário. Os especuladores que compram títulos do governo auferem lucros extraordinários, computados num período de 24 horas na chamada ciranda financeira. O governo, metido num buraco, tem que se endividar cada vez mais. Os papéis oficiais na mão dos investidores deram um pulo em 1984: passaram de 9 para 55 trilhões de cruzeiros! Um crescimento de 511%, uma orgia financeira.

Como arremate de um quadro de apodrecimento, o superavit da balança comercial, de 13 bilhões de dólares, representa forte pressão sobre o governo — que precisa transformar os dólares dos exportadores em cruzeiros. Para o conjunto da economia um superávit crônico é tão perigoso quanto um déficit. Quando há um equilíbrio no comércio exterior, os dólares necessários aos importadores são naturalmente trocados pelos dólares que entram pela exportação, sem estimular a inflação. Mas a dívida externa exige implacavelmente superávits cada vez maiores.

200 edições em favor da liberdade e do socialismo

Esta que o leitor tem nas mãos é a 200ª edição da Tribuna Operária. Há 200 números atrás, em 18 de outubro de 1979, no número 0, publicávamos: "Jornal operário, assumimos como nossa a luta pelo socialismo. A missão histórica da classe operária não é apenas resistir à exploração capitalista. É criar uma sociedade livre de toda exploração. Fora desta meta final, as lutas de hoje perderiam o rumo. Portanto, a **Tribuna Operária** defenderá, no presente, também o futuro dos trabalhadores."

O jornal surgiu como uma necessidade, da classe operária e dos setores progressistas da nação. Granjeou o apoio dos operários e dos democratas que, em mutirões de vendas, elaborando matérias, enviando-nos denúncias vivas das mazelas sofridas pelo povo, e garantindo apoio financeiro e material para a publicação, se empenharam pela manutenção da **T.O.**

O regime militar e o patronato, por seu lado, investiram com fúria contra a **Tribuna**. Semearam o terror contra as bancas que vendiam o **T.O.** e outras publicações oposicionistas. Demitiram de seus empregos colaboradores do jornal. Apreenderam nossas edições. Processaram nossos jornalistas. Prenderam pessoas que apoiavam a **T.O.** Incendiaram nossa sede. Não conseguiram, contudo, impedir a publicação regular e a expansão. Não conseguiram, contudo, impedir a publicação regular e a expansão da **Tribuna Operária**. De quinzenário, passamos a semanário. De oito, para dez páginas — e com impressão em duas cores.

A **T.O.** acompanhou e participou das principais lutas do povo brasileiro. Expressou em suas páginas a solidariedade da classe operária com os povos irmãos e sua luta por emancipação política, econômica e social, e denunciou as ações dos imperialistas e dos reacionários.

O jornal surgiu quando a nação lutava pela anistia ampla e irrestrita. E logo no número 1 denunciava as limitações da anistia assinada pelo general Figueiredo e conclamava à luta "para que não fique um só preso político na cadeia, que possam retornar todos os exilados, enfim, para que todos recobrem plenamente os seus direitos políticos usurpados pela ditadura.

Visando se perpetuar no poder, o governo militar tentou dividir a oposição. Arquitetou uma "reforma partidária" que extinguia o MDB e impedia a liberdade de organização política. A **T.O.** defendeu a unidade de todos os setores contra os inimigos do povo e, nas eleições de 1982, apoio o PMDB.

"O Brasil votou na Oposição", registrava a nossa manchete de 22 de novembro daquele ano. Nessa amesma edição fomos o primeiro órgão de imprensa a levantar a campanha pelas diretas: "É urgente mobilizar todos os democratas para exigir a restauração do voto direto do povo para presidente da República, assim como a eleição dos prefeitos das capitais e de todos os municípios".

E 1984 marcou as grandes jornadas pelas diretas. Antes mesmo do primeiro comício das diretas já, em Curitiba, anunciávamos: "Brasil entra em campanha pelas diretas". Acompanhamos passo a passo essa vigorosa campanha. Quando as diretas tornaram-se inviáveis, mas a própria mobilização popular criou condições para a derrota do governo mesmo no Colégio Eleitoral espúrio, a **T.O.** defendeu a candidatura única das oposições, alertando: "Para cumprir os objetivos democráticos o candidato terá que participar de novos e mais vigorosos comícios, dando continuidade ao movimento das diretas-já". É dessa luta que, agora, assistimos o desfecho, com a vitória de Tancredo sobre Maluf.

Luta sem tréguas em defesa dos trabalhadores

A **Tribuna Operária** é intransigente na defesa dos interesses da classe operária e demais trabalhadores. Abre suas páginas para a renovação do movimento sindical. Denuncia a violência do latifúndio, defende a reforma agrária radical. Desmascara o saque das riquezas nacionais pelo imperialismo, que tem a conivência do governo dos generais. Não aceita a conciliação e os acordos espúrios com os inimigos da nação.

"A greve é justa. Ilegal é a fome!" Foi a manchete da edição de abril de 1980, quando afirmávamos: "Na solidariedade à greve atual (400 mil metalúrgicos parados no ABC) há a semente da unidade popular".

Fiel ao internacionalismo proletário, a **T.O.**, em suas páginas ou em edições especiais, apoiou as lutas dos povos palestinos, nicaraguense, salvadorenho, e outros. Denunciou as ações agressivas do imperialismo ianque no Oriente Médio ou na América Latina; na Ásia ou África. Defendeu a soberania da Argentina sobre as ilhas Malvinas,mas ao mesmo tempo desmascarou a manobra dos generais argentinos que pretendiam usar essa legítima aspiração do povo para conseguir respaldo de massa para sua ditadura sangüinária. Denunciou a agressão imperialista da URSS revisionista contra o Afeganistão. "Golpe na Polônia não é caminho socialista", afirmamos em nossa edição de dezembro de 1981. Defendemos, com igual ênfase, o exemplo do socialismo científico construído na Albânia — um pequeno país que ostenta com orgulho a inexistência de inflação, opressão nacional, exploração de classes em seu território.

"Pelos direitos dos trabalhadores da cidade e do campo, pela mais ampla liberdade política, pela democracia popular e a independência nacional, pelo socialismo — esta é a nossa plataforma.

"Por uma tribuna de luta, a serviço do que há de melhor no movimento operário e popular — é a nossa proposta".

São compromissos assumidos no editorial do número 0 da **Tribuna Operária**. A **T.O.** os reafirma hoje, 200 números depois. Com a certeza de contar com o apoio inconteste da classe operária e de todos os que desejam um Brasil livre e soberano. Até que o socialismo seja uma realidade entre nós.

(Carlos Pompe)

CDM Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

O governo e os sindicatos

Os encontros de Tancredo Neves com os sindicalistas em Belo Horizonte e em Brasília indicam uma mudança nas relações entre governo e sindicatos. Até agora a ditadura tratava as entidades dos trabalhadores principalmente como caso de polícia. A "nova República" tratará de reconhecer as organizações populares, de fazer certas concessões, e de barganhar o seu aval para o projeto reformista do "pacto social".

LIMITES DO DIÁLOGO

Não se pode excluir *a priori* a negociação entre sindicatos e governo. A questão é definir os limites destes acordos e ter bem presente a posição de classe com que cada uma das partes se situa neste processo.

A burguesia vai procurar colocar os trabalhadores a reboque de seus planos, como já ocorreu no período de Getúlio Vargas — numa situação em que a crise tanto no Brasil como internacionalmente era muito menos extensa e profunda. Mas de qualquer modo é de se prever que os governantes ofereçam certas vantagens visando o abrandamento da luta de classes e um certo desafogo para recuperar o crescimento econômico.

A classe operária por sua vez tem certas reivindicações imediatas para aliviar a situação de sufoco em que se encontra depois de 20 anos de regime militar. Questões como a estabilidade no emprego, recuperação do poder aquisitivo dos salários, reajustes trimestrais, redução da jornada de trabalho sem redução dos salários e outras, têm grande interesse para os trabalhadores. São problemas que podem ser tratados pelos sindicatos com os patrões e o governo. Para isto exigem-se como condições mínimas: liberdade política, independência e autonomia sindical, reconhecimento do direito de greve.

DOIS PROJETOS

Existem por outro lado questões mais gerais, que não se restringem ao nível dos sindicatos, sobre as quais os trabalhadores querem ser ouvidos, em conjunto com todas as demais forças democráticas. Ressalta-se, por exemplo, a questão da dívida externa. Todos os patriotas conseqüentes lutam pela suspensão do pagamento da dívida, até que o povo brasileiro seja suficientemente informado a respeito e tenha condições de decidir sobre o assunto. Neste terreno as declarações do futuro presidente e dos líderes da Aliança Democrática não convencem.

Tanto nas questões mais restritas como nos temas gerais, estarão em conflito dois projetos de classe. Para a burguesia, trata-se de reformular o modelo político e econômico até então vigente, para tentar sair da crise e dar novo alento ao capitalismo. Para os operários e as massas populares trata-se de aproveitar o regime democrático para obter algumas conquistas imediatas que aliviem a sua situação de vida e de trabalho, para elevar o nível de liberdade política no país e ter condições mais favoráveis para avançar na sua luta revolucionária, com mais consciência e maior organização de suas fileiras. Ou seja, abrir espaço para prosseguir sua caminhada pela liquidação do sistema capitalista e construção de uma democracia popular em marcha para o socialismo.

ACUMULAR FORÇAS

Stálin, referindo-se a este tipo de problema, dizia: "Não se trata, evidentemente, das reformas ou dos compromissos e acordos em si, mas antes do uso que deles se faz". Para os reformistas, as reformas são tudo. Para os revolucionários, constituem apenas uma forma de acumular forças. De acordo com uma ou com outra orientação, as reformas servem para consolidar ou para decompor o poder burguês.

(Rogério Lustosa)

DE OLHO NO LANCE

Direita em apuros

Os malufistas, até agora em grande ebulição para derrubar Nélson Marchezan da liderança do PDS — ou dos restos deste partido —, passaram a uma posição defensiva. Talvez desistam inclusive da reunião da bancada planejada para o dia 15 com este objetivo. Expoentes deste grupo, como Amaral Neto e Prisco Viana, já manifestaram posições mais cautelosas sobre o assunto, deixando entender a possibilidade de um acordo.

O fato em si tem pouca importância. É um problema menor diante do quadro nacional. Mas tem interesse como demonstrativo das dificuldades dos direitistas — fragorosamente derrotados pela campanha democrática — em articular um partido com os destroços do PDS.

A opinião pública é inteiramente contrária a esta corrente política, representada há 21 anos pelo regime militar. Apesar dos esforços de Maluf para construir um instrumento de luta para sabotar o governo Tancredo Neves e preparar uma futura retomada do autoritarismo, a realidade mostra-se hostil aos seus planos. Com as manifestações em todo o Brasil o povo elevou o seu nível de consciência e colocou as bandeiras da liberdade e do progresso em posição de grande destaque na cena nacional. O país vibra com o apelo de mudanças e repudia as idéias da reação.

Cabanagem, revolução no Pará

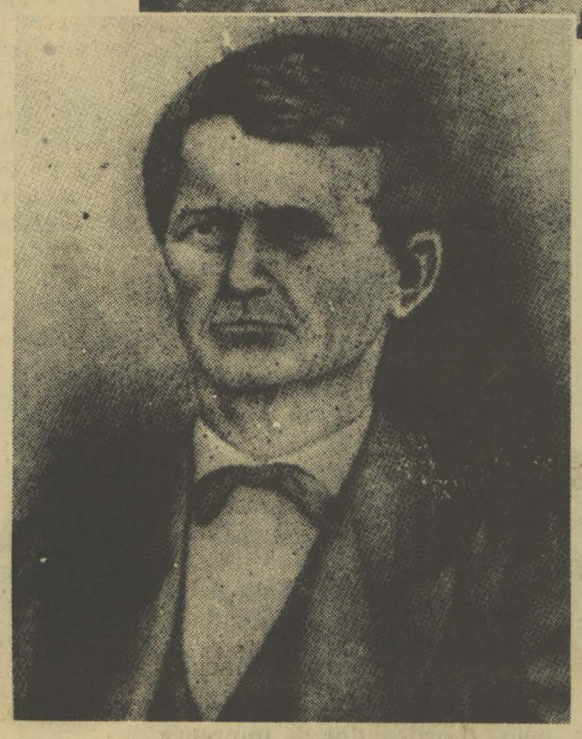
O povo do Pará e de todo o Brasil comemora este mês 150 anos da Cabanagem — uma das mais belas páginas de rebeldia da nossa história, que o império latifundiário-escravista afogou no sangue de 30 mil mortos (um quinto da população da província do Grão-Pará na época). Foi na madrugada de 7 de janeiro de 1835 que os cabanos tomaram a cidade de Belém, hastearam ali sua bandeira vermelha, tingida com casca de muruxi, e instalaram seu governo revolucionário, com participação popular de camponeses, soldados, negros e índios libertos, ao lado de padres, comerciantes e senhores de terras patriotas.

Angelim, último presidente cabano, e um combate contra a escravidão

O movimento era a culminância de violentos choques na província do Grão-Pará (que abrangia também o atual Estado do Amazonas e parte do Maranhão). Ainda estava vivo na memória do povo o "massacre do Palhaço", em que 255 patriotas haviam sido encarcerados pelo capitão inglês Grenfell nos porões do navio "Palhaço", a mando de D. Pedro, dos quais apenas um conseguiria sair com vida.

Igualmente viva era a pregação de gente como o republicano Lavour Papagaio, que proclamava no jornal "Sentinela Maranhense": "Sem rei existe um povo, sem povo não há nação; os brasileiros só querem federal constituição". Ou do cônego Batista Campos, fundador e dirigente do Partido Nacionalista, deportado e ameaçado de morte várias vezes.

Perseguido pelo governo da província, Batista Ramos refugiou-se na mata para organizar a resistência. Em 22 de outubro de 1834 os cabanos faziam seu primeiro ataque, matando alguns soldados e aprisionando outros. A partir daí os dois lados se preparavam para o confronto.



No último dia de 1834 morria o cônego revolucionário, escondido na selva, perseguido pelo governo, vítima de gangrena. Sua morte foi o estopim da revolta. Tão logo se espalhou a notícia milhares de camponeses, escravos e índios (os cabanos, gente humilde, assim chamados por morarem em cabanas) se juntaram para vingar a morte e tomar de assalto a capital da província, centro do poder opressor.

Carlos Roque, em seu livro "A Cabanagem", descreve: "Naqueles primeiros dias de janeiro as canoas, os igarites, as gambarras e todos os tipos de embarcações cruzaram os rios, paranás e simples igarapés, convocando os líderes rurais para, na Ilha das Onças, localizada defronte de Belém, reunirem-se com os líderes urbanos".

Os cabanos tomaram os quartéis e o Palácio do Governo. Fuzilaram o presidente da província e o comandante das armas. Entre os comandantes do ataque estava o *Preto Patriota*, o que revela a participação dos negros no movimento revolucionário. Contando com o fator surpresa e com o apoio entre os soldados recrutados à força para as tropas governistas, os insurretos garantiram uma vitória fulminante.

O primeiro presidente cabano, um fazendeiro, não durou dois meses; foi substituído por um camponês com 23 anos

Formou-se então o primeiro governo cabano. Para presidente da província foi aclamado Antônio Clemente Malcher, que se encontrava preso por ter abrigado Batista Campos. Para comandante das armas o povo aclamou Francisco Pedro Vinagre, 23 anos, ex-foreiro na fazenda de Malcher.

A massa cabana queria mudanças sociais. Negros e índios almejavam o fim da escravidão. Os camponeses sem terra, foreiros e pequenos proprietários, pediam o fim do jugo estrangeiro, português e inglês, e a distribuição das terras. A idéia da república germinava. Porém o presidente, Malcher, um latifundiário, representava o setor nacionalista mais conservador e não tomou as medidas que o povo esperava. Longe disso, apelou para que os cabanos largassem as armas e voltassem ao trabalho no campo para "felicitar a indústria e o comércio".

A insatisfação estourou quando foram presos os redatores da "Sentinela Maranhense". E após três dias de novos combates Malcher foi preso e fuzilado pelos cabanos. Governara apenas por 45 dias. No segundo governo cabano a presidência coube a Francisco Vinagre, o jovem camponês, autêntico representante da massa popular.

Vinagre, no entanto, sofre grande influência da hierarquia católica. Preocupado com a volta da província à legalidade, e contrariando os setores mais radicais, convoca eleições segundo as normas do Ato Adicional da Regência, de 12 de agosto de 1834. Essas eleições não podiam expressar a vontade do povo, pois só votava quem tinha acima de determinada renda. Dos 150 mil habitantes do Pará votaram 2.263, basicamente adversários dos cabanos. O deputado mais votado, que pela lei seria vice-presidente, foi Ângelo Custódio Correia: teve apenas 118 votos!

Como se isto não bastasse, o governo da província vizinha do Maranhão enviou uma expedição militar para derrotar o movimento, sob a chefia de Pedro da Cunha. Enquanto articulava com Vinagre a transferência do governo para Custódio, Pedro da Cunha tramava com a reação um ataque a Belém. No confronto, em 12 de maio, os revolucionários venceram de novo. Muitos soldados desembarcados pelos navios inimigos, ao pisarem em terra, aderiam aos cabanos, que nessa época adotaram o vermelho como cor de suas bandeiras e uniformes.

A investida seguinte contra o Pará rebelde viria do próprio governo regencial do Rio de Janeiro. Em 17 de junho, chegavam a Belém o marechal Campo Manoel Jorge Rodrigues, português, designado presidente e comandante das armas, e o inglês John Taylor, para assumir a chefia da esquadra. Os cabanos, temendo represálias, se retiraram para o interior levando todo o armamento e munição possível, tendo à frente Antônio Vinagre, camponês de apenas 20 anos, irmão de Francisco.

A paz durou pouco. Em 23 de julho, cerca de 500 revolucionários tomavam a vila da Vigia, fuzilavam as autoridades, apossavam-se dos bens dos comerciantes estrangeiros e voltavam à mata. Em represália o marechal Manoel Jorge mandou prender todo revolucionário que morasse em Belém. Francisco Vinagre é preso, seu irmão Antônio morre nos combates que se seguem. Os cabanos passam à chefia de Eduardo Angelim, 21 anos, que consegue escapar à perseguição e comanda nova vitória militar, sendo aclamado presidente da província em 26 de agosto.

O povo paraense, tão corajoso no manejo das armas, não mostrou a mesma competência na escolha de seus chefes

Mais uma vez, no entanto, os cabanos seriam frustrados em seus anseios. Na época, já haviam conquistado a maior parte das vilas e povoados da província, à medida que a luta revolucionária se estendia. Porém sua bravura no manejo das armas contrastava com a insuficiente preparação política, patenteada pelas vacilações de seus líderes. O governo de Angelim, como o de Malcher e o de Vinagre, causaria decepções.

Os escravos, em especial, esperavam que a vitória cabana os libertaria. Angelim, contudo, em vez de abolir a escravatura reprimiu com prisões e execuções a luta dos cativos pela liberdade. Até o *Preto Patriota*, comandante de uma das unidades no 7 de Janeiro, foi morto na ilha de Marajó. O novo presidente também se ateve ao legalismo, gerando descontentamentos, e permitiu que o clero conservador voltasse a desenvolver sua pregação contra-revolucionária.

Enquanto esperava forças para combater os cabanos, a Regência tomou medidas constitucionais suprimindo as liberdades e garantias individuais no Pará. Somavam-se a isto a escassez de alimentos, armas e munições, e ainda um surto de varíola que matou muita gente, inclusive o padre Casemiro, líder cabano, e o comandante das armas Tomás Antônio Lourenço.

Três navios ingleses queriam que a bandeira britânica fosse hasteada por cima da brasileira. Angelim respondeu não

Ainda assim a Cabanagem resistia. Em 17 de março de 1836, três navios ingleses aportaram na baía de Guarujá, em represália ao aprisionamento de um veleiro carregado com armas. Os ingleses tentaram desmembrar a província do restante do Brasil; exigiram indenização, a entrega dos responsáveis pelo ataque e ainda que a bandeira britânica fosse arvorada em todas as fortalezas de Belém, por cima da brasileira, e saudada com uma salva de 21 tiros de canhão. Angelim recusou.

Em 9 de abril chegava em Tatuoca o brigadeiro Francisco José Soares de Andrea, nomeado pela Regência presidente do Pará. Trazia numerosa tropa, inclusive 400 criminosos e sentenciados tirados das prisões da Bahia, Rio, Pernambuco, Maranhão e Fernando de Noronha, e ainda os futuros almirantes Tamandaré e Barroso, na época tenentes. Com vários navios de guerra, impôs um rigoroso bloqueio a Belém.

A maior parte dos cabanos queria resistir, porém o bispo de Belém, dom Romualdo de Souza Coelho, aconselhou Angelim a entregar a cidade em troca da anistia. Quando o bispo repetiu a proposta perante a massa de cabanos, estes se revoltaram e decidiram retirar-se, depois de incendiar a cidade para que não caísse na mão do inimigo.

Angelim e o bispo, à frente da parcela dos cabanos sob sua influência, apagaram o incêndio e levaram a proposta aos sitiantes. O inimigo recusou-a e contra-propôs condições humilhantes, que Angelim decidiu negar, tentanto um recuo organizado que preservasse suas forças.

Um quinto dos habitantes da província morreram na guerra; e houve até quem fizesse rosários com orelhas secas de cabanos

Uma vez senhores de Belém, os enviados do império latifundiário-escravocrata começaram a desforrar-se impiedosamente dos paraenses que haviam ousado sonhar com a liberdade. Os cabanos eram caçados como animais ferozes, suplicados, muitas vezes até a morte. Nem mulheres e crianças escapavam à sanha dos inimigos. Houve até quem considerasse como padrão de glória ostentar rosários de orelhas secas de cabanos...

Cerca de 30 mil dos 150 mil habitantes da província do Grão-Pará foram mortos. Angelim foi preso em outubro de 1836, com sua família, nas matas do rio Acra. A luta prosseguiu até 1840, quando a Regência concedeu uma anistia aos revoltosos, mas mesmo depois da anistia 16 líderes cabanos tiveram que amargar o exílio. Angelim e Vinagre foram confinados no Rio de Janeiro durante dez anos. Os demais receberam penas de exílio variando entre três e sete anos. A selvageria repressiva mergulhou toda a Amazônia brasileira numa fase de decadência que duraria várias décadas, até o início do ciclo da borracha, já no final do século.

A Cabanagem é um dos mais belos feitos do povo brasileiro em sua luta pela liberdade, a independência nacional, a abolição da escravatura, a reforma agrária — uma história escrita com o sangue do povo paraense. (Neuton Miranda, Leila Mourão, de Belém do Paraá)

CDM Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

Operários obtêm vitória parcial na Níquel Tocantins

Terminou com vitória parcial, no dia 7, a greve dos 350 operários da empresa Níquel Tocantins, do grupo Votorantim, em São Paulo. Os trabalhadores começaram a paralisação dia 22 de dezembro, reivindicando o não-desconto da antecipação salarial de 15% recebida em setembro, turno de seis dias de trabalho por dois de descanso, baixa no preço das refeições, estabilidade no emprego por um ano. Não conquistaram tudo. Mas conseguiram uniformes para o trabalho, o turno de seis dias, redução no preço das refeições, estabilidade de seis meses, e a empresa pediu 30 dias para estudar a reivindicação salarial. A Níquel demitiu 28 grevistas — havia ameaçado demitir 59.

A greve na Níquel Tocantis traz importante ensinamentos para a classe operária. A empresa é de propriedade do sr. Antônio Ermírio de Moraes, um burguês que há muito se opõe ao regime militar. Mas assim que os operários exigiram seus direitos dentro dos domínios do sr. Ermírio de Moraes, este mais do que rápido apelou para a legislação fascista do governo, e o Tribunal do Trabalho decretou a ilegalidade da greve. Ameaçou ainda fechar a empresa e demitir 59 operários. E cinicamente declarou: "Só posso pagar o ódio com amor"...

Baluarte do reacionarismo e defensor do capital monopolista, o jornal "O Estado de S.Paulo" acorreu em seu apoio. Em editorial, no dia 8 de janeiro, desejou "que o sr. AntônioErmírio de Moraes seja bem-sucedido" na ofensiva anti-operária que desencadeava e citou-o como exemplo aos "setores industriais" para que não façam concessões aos trabalhadores em "greves ilegais". Mas a valentia dos operários, que não se deixaram dobrar nem intimidar pelo sr. Antônio Ermírio, fez com que o burguês recuasse, e atendesse a algumas reivindicações.

Motoristas obtêm vitórias e encerram greve

Os 2.300 motoristas e funcionários da Auto Viação Penha São Miguel retornaram ao trabalho na quinta-feira passada, depois de 14 dias de greve, deflagrada, no dia 27 de dezembro, entre outros motivos para obter o pagamento de salários atrasados. O movimento foi vitorioso. A empresa, que serve a Zona Leste de São Paulo, não só pagou os salários atrasados como foi forçada a remunerar oito dias parados; conceder 90 dias de estabilidade aos trabalhadores; concordar com a criação de uma comissão mista de funcionários e empresários para discutir o problema das contrações por quatro e seis horas diárias (os trabalhadores exigem contratações de oito horas) e ainda negociar a restituição dos seis dias restantes durante as férias de cada trabalhador, sem prejuízo do pagamento.

As 36 linhas da Penha São Miguel servem a 288 mil usuários, com 405 ônibus. O grupo Ruas, proprietário da Viação, é também dono das viações Taboão, Jurema e São Luíz, todas com irregularidades trabalhistas.

27 milhões de analfabetos no ano 2.000

Segundo declarações prestadas pelo presidente do IBGE no fim do ano, o Brasil deverá entrar no ano 2000 com 27 milhões de analfabetos. Ele mesmo explicou que esta estatística só leva em conta os maiores de 15 anos. Para o IBGE, analfabeto é o que não saiba escrever um pequeno texto e tenha mais de 15 anos de idade. Ora, em nosso país é expressiva a parcela de pessoas com idade entre 10 e 15 anos que não passaram pelas escolas e nem terão chance de fazê-lo...

Além do analfabetismo, outro grave problema foi citado pelo presidente do IBGE, Josué Montello: a evasão escolar. De cada 100 alunos que entram na escola de Primeiro Grau, 57 já não conseguem ultrapassar o primeiro ano. Os estudos da professora Vanilda Paiva, da Universidade Federal Fluminense, atestam a falência do ensino no período da ditadura militar. Seu estudo dos anos 70 revela que as matrículas nas quatro primeiras séries do curso primário tiveram um crescimento bem inferior ao crescimento populacional. Na década de 50 e 60, o crescimento das matrículas foi de 50% e 64% respectivamente, quase o dobro do crescimento populacional.

Os dados dos primeiros cinco anos da década de 80 serão bem piores, pois a política do FMI deu origem aos maiores cortes nas verbas educacionais de toda a história da República.

União da Juventude Socialista convoca seu 1.º Congresso

No contexto do ano internacional da juventude, a UJS (União da Juventude Socialista) acaba de convocar o seu primeiro congresso nacional, entre os dias 6 e 10 de fevereiro, no Colégio Estadual de Curitiba, Paraná. Segundo a Coordenação da UJS, esta será também uma maneira de comemorar o ano dos jovens, de forma combativa e descontraída, com muita garra e disposição.

Afinal, em 1985 a juventude passa a ser o centro de incontáveis atividades e atenções: out-doors, cartazes, camisetas, materiais esportivos, revistas, promoções de propaganda, desenhos, fotos e frases invadem o mundo dos jovens, muitas vezes sem nada dizer e até escondendo os verdadeiros sentimentos e problemas da juventude, no Brasil e no mundo.

A programação do Congresso (veja ao lado) é vasta, abrangendo cultura, esporte, lazer, política e temas específicos de outras áreas.

Haverá torneios de futebol de campo e de salão, volei e natação, com equipes femininas e masculinas em todas as modalidades que já começam a ser formadas, por cidade ou Estado. Os campeões receberão troféus e medalhas e o próprio local do Congresso possui piscina olímpica, quadra de esporte e campo de futebol.

A programação cultural, que inclui dois shows (um deles em praça pública) será aberta a jovens artistas do Paraná e de todo o Brasil.

Haverá também visitas pela cidade, teatro, cinema, poesia, repente e um grande baile — que animarão todos os dias do Congresso, coroado com um grito de carnaval com a bateria de uma escola de samba de Curitiba.

Nos debates políticos, dois temas têm destaques especiais: a nova realidade brasileiro após 20 anos de regime militar e a eleição de Tancredo Neves, com seu desdobramento em novas tarefas para o movimento democrático e progressista; e a juventude e o socialismo, discutindo a situação, as aspirações e as lutas dos jovens no Brasil e no mundo, as dificuldades para realizar seus sonhos de liberdade e justiça, e também sua organização para trabalhar por uma sociedade sem exploração do homem pelo homem.

A UJS acredita que todos os núcleos e coordenações locais, assim como muitos membros estarão em Curitiba dia 6, fazendo um grande congresso, com caravanas vindas de todo o país. E estabeleceu uma central de informações em sua sede na Rua da Abolição, 311, Bela Vista, na capital paulista. **(Apolinário Rebelo, coordenador de imprensa da UJS)**

PROGRAMA DO CONGRESSO

Dia 6, quarta	10 horas	Abertura
	15 horas	Programação cultural (teatro)
	20 horas	Debates diversos: Libertação da mulher Ensino de 1º e 2º graus A crise na universidade Cultura Ecologia e meio ambiente Movimento sindical
Dia 7, quinta	9 horas	Lazer esporte
	14 horas	Debatedores: deputados federais Francisco Pinto e Haroldo Lima (PMDB-BA), Alencar Furtado (PMDB-PR) e Airton Soares (PT-SP)
	21 horas	Festa da Juventude
Dia 8, sexta	9 horas	Lazer, esporte e passeio
	15 horas	Show-comício pela Constituinte
	20 horas	Programação cultural (cinema)
Dia 9, sábado	9 horas	Torneios esportivos: semifinais
	14 horas	Debate: A juventude e o socialismo Debatedores: Aldo Rebelo e Duarte Pereira
	21 horas	Show musical
Dia 10, domingo	9 horas	Torneios esportivos: finais
	14 horas	Encerramento
	16 horas	Grito de Carnaval

Acionada pelos patrões, a Polícia Militar reprimiu raivosamente os grevistas

Montreal, Belgo, PM e DRT contra operários

Os 670 empregados da Montreal Engenharia, empresa contratada pela Belgo Mineira em João Monlevade, paralisaram suas atividades no dia 18 de dezembro, em protesto às enormes injustiças a que estão submetidos. Entre elas, o baixo salário, que hoje está em torno de Cr$ 210 mil. Com esse dinheiro os trabalhadores ainda são forçados a pagar suas despesas de alimentação e equipamento de trabalho, que se elevam a cerca de Cr$ 185 mil. Estão assim forçados a uma verdadeira escravidão branca. Os trabalhadores querem melhores condições de segurança e higiene no trabalho.

Impelidos por esta situação, os operários cruzaram os braços. Defragrada a greve, procuraram o Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil, ao qual estão filiados. Mas a diretoria da entidade negou-lhes qualquer tipo de apoio. Os grevistas formaram então uma comissão e garantiram a continuidade do movimento, no que foram apoiados pelo Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade.

VIOLÊNCIA POLICIAL

A empresa Montreal não se fez de rogada e demitiu 40 operários. O Tribunal do Trabalho cumpriu seu papel de justiça dos patrões e decretou a ilegalidade da greve no dia 27. A Polícia Militar entrou em cena contra trabalhadores. Viaturas da PM e do Corpo de Bombeiros foram deslocados para o local do conflito trabalhista. Cerca de 60 policiais retiraram da empresa os operários em greve e os cercaram, impedindo-os inclusive de ler a lista de demitidos, afixada na portaria de Belgo Mineira. A Montreal, por sua vez, pressionou os empregados a assinarem um aviso prévio.

Do dia 2 para 3, mais 100 operários foram demitidos, mas mesmo isto não foi suficiente para pôr fim ao movimento. Um dos grevistas, casado, com filhos e pagando aluguel, desabafou: "Continuaremos na luta. Não podemos nos acovardar com as intimidações da empresa".

Leonardo Diniz, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade, diz que sua entidade é solidária com o movimento, mas não pode dar representação legal aos grevistas, que pertencem à construção civil. Denuncia ainda que o apoio da Belgo Mineira à Montreal pode ser explicado pelas próprias pressões que esta empresa vem fazendo para esvaziar o Sindicato dos Metalúrgicos. E diante da unidade dos patrões contra os trabalhadores, é fundamental a existência da unidade dos operários em luta por seus direitos. **(da sucursal de João Monlevade)**

Na coqueria, o vazamento é grande. Mais de mil operários da Cosipa intoxicados

Gás assassino da Cosipa já matou três operários

O final de ano deixou um trágico saldo para os operários da Companhia Siderúrgica Paulista, a Cosipa. Em dezembro, morreram três trabalhadores portadores de leocopenia (doença que destrói progressivamente os glóbulos brancos do sangue). Foram as primeiras vítimas fatais da empresa, que condenou centenas de outros empregados à mesma sorte.

A doença, incurável, reduz sensivelmente a capacidade de resistência do organismo. De tal forma que uma simples gripe pode resultar na morte da pessoa afetada. Vem sendo provocada pelo vazamento de gases altamente tóxicos, em particular o benzeno produzido pela empresa (razão por que é também denominada de (benzolismo). Pelo menos desde 1979, segundo os operários, a direção da empresa tem consciência do problema. Mas nada fez para solucioná-lo. Numa atitude criminosa, tentou esconder o fato aos trabalhadores e à opinião pública.

PRIMEIRAS VÍTIMAS

A primeira vítima foi a secretária do Departamento de Saúde da empresa, Magaly Oliveira Santos, solteira, que faleceu no dia 2 de dezembro. Embora com leucopenia, ela continuou trabalhando na Cosipa, exposta ao gás tóxico, até o mês de novembro, quando teve de ser internada em função de uma inflamação na garganta. Seu organismo debilitado não ofereceu resistência, acabou sofrendo outras complicações e morreu.

No dia 6, morreu o operário Higino Antônio dos Santos, de 25 anos, solteiro, mecânico de manutenção, que trabalhou na Cosipa entre 1978 e 83, quando foi afastado com leucemia mielóide causada pela inalação de gases da coqueria da Cosipa. Higino chegou a ser internado 15 vezes e vivia com o auxílio-doença do INAMPS. Não conseguiu resistir a uma simples gripe.

A última vítima fatal, em dezembro, foi o ajudante de manutenção Edvaldo Vieira dos Santos, também de 25 anos, casado. Trabalhava na empresa desde 1978 e teria sido contaminado pelo gás em 79, conforme seus companheiros. Internado em razão de uma inflamação intestinal na Casa de Saúde de Santos, acabou morrendo no dia 26.

DESESPERO E LUTA

O sentimento dominante, hoje, entre os operários da Cosipa, é de desespero, mesmo porque não se sabe "qual vai ser a próxima vítima", como disse um mecânico. Entre 3 mil trabalhadores da firma examinados pelo Serviço Médico do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos, mais de 300 estavam intoxicados, um percentual superior a 10%, o que faz supor mais de 1.000 contaminados pelo gás assassino entre os 14 mil empregados da empresa.

Isso sem contar os mais de 10 mil operários das empreiteiras que prestam serviços à Cosipa, principalmente na coqueria, onde o risco de intoxicação é maior. Há, ainda, a agravante de que apenas 3 entre as 10 empresas realizam "os controles médicos de seus funcionários", segundo médicos da Secretaria Estadual do Trabalho.

Por outro lado, a categoria vem lutando com tenacidade para forçar a Cosipa a solucionar o problema. Desde março de 83, quando os primeiros casos de leocopenia foram identificados pelo Sindicato graças à denúncia de 13 operários, a mobilização nesse sentido é intensa. Foi feita uma concentração diante da coqueria da empresa, formou-se uma Comissão de Saúde para encaminhar a luta, várias assembléias para discutir a questão foram realizadas "e os fatos amplamente denunciados à Imprensa", como lembrou o diretor do Sindicato, Uriel Vilas-Boas.

Os trabalhadores já obtiveram algumas vitórias. Depois de uma vistoria da Secretaria de Trabalho em setembro, a direção da Cosipa decidiu promover algumas reformas na coqueria "para impedir o vazamento de benzeno". Além disso, mais de 200 operários já foram afastados da empresa (o que constitui um reconhecimento tácito da culpa pela intoxicação). O afastamento dos locais em que o gás está exposto é um dos pressupostos senão para a recuperação do doente (o que é raríssimo), ao menos para perseguir a estagnação do mal.

Hoje, toda a indústria está atingida pelo vazamento. Suspeita-se, ainda, que a contaminação tenha alcançado outras regiões além da área da empresa. O problema vem já de há alguns anos e foi provocado, entre outras razões, pela negligência da direção da Cosipa para com os serviços de manutenção, particularmente da coqueria. Para aumentar seus lucros, ela demitiu vários trabalhadores encarregados dos consertos na usina.

Mas somente depois de muitas pressões a empresa resolveu proceder a reforma na coqueria (ainda assim, de fachada — conforme os operários, "mudou apenas a pintura"). E, apesar da imagem desgastada perante a opinião pública, a direção da empresa continua sonegando informações sobre a saúde de seus empregados e negando criminosamente os problemas que vem causando.

Empresa somente é sensível ao lucro

"Eu estava em Sergipe, de férias, no mês de dezembro, e os amigos perguntavam se eu estava mesmo condenado pelos médicos. Me senti um defunto. Foram as minhas piores férias." Esse depoimento do mecânico Oswaldo Beato dos Santos, da Cosipa, 30 anos, casado, com uma filha, acometido pelo **benzolismo** (ou leocopenia) ilustra bem o desespero de centenas de operários da empresa. "Todos nós estamos permanentemente deprimidos", resume o operário Edgar Ayres da Paixão, 27 anos, casado, com uma filha, também portador da doença. A família do operário Higino Antônio dos Santos, que faleceu no dia 6 de dezembro, não consegue engolir a morte "estúpida". O pai, Antônio Higino dos Santos, de 79 anos, passou a beber "para esquecer a tragédia", e fala até em "matar os responsáveis", tamanha é sua revolta.

A direção da Cosipa, contudo, não tem preocupações maiores com a saúde e a sorte dos operários (agora, por exemplo, busca negar qualquer responsabilidade pelas mortes de Higino e dos outros trabalhadores). O faturamento mensal da empresa, atualmente, é estimado em torno de Cr$ 250 bilhões; ela produz 3 milhões de toneladas de aço por ano, utilizando plenamente a capacidade instalada. A lucratividade, conseqüentemente, é das mais altas. E é isso, ao final, que forja o sentimento da direção da empresa. Para ela, importa o lucro.

CEDIM Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

Lavradores baianos não confiam no "Nordestão"

O projeto "Nordestão", que pretende atender 172 mil famílias de 138 municípios baianos, é tímido e não resolverá as graves questões fundiárias e de produção de alimentos no Estado. Foi a conclusão de um debate de 230 lavradores e representantes sindicais da região de Juazeiro com o coordenador do "Nordestão", Ivanílson Guimarães.

O seminário "'Nordestão' e sua política fundiária para o Estado da Bahia" foi promovido pelo Centro de Estudos e Apoio ao Trabalhador Agrícola (CEATA). Ivanílson Guimarães reconheceu, no seminário, que a primeira deficiência do "Nordestão" foi não contar com a participação dos trabalhadores rurais e suas entidades na sua elaboração. Mesmo assim, ele pretende englobar as áreas atendidas por projetos tipo "Sertanejo", "Polonordeste", "Prohidro" etc., que não deram o resultado pretendido.

Numa primeira fase o "Nordestão" pretende estabelecer quem é dono do que em 88 municípios da Bahia, numa área de 12 milhões de hectares, e redistribuir terras, englobando 64 mil famílias. "Serão — segundo Ivanílson — redistribuídos 1 milhão e 300 mil hectares, em lotes de 28 hectares para quem não tem terra e de 10 hectares para os pequenos proprietários." Algumas regiões onde são mais intensos os conflitos de terra, como Una e Canavieiras, estão fora do projeto.

Os lavradores e os debatedores (representantes da Federação dos Trabalhadores na Agricultura, da Prefeitura, da Diocese de Juazeiro e da Associação Brasileira de Reforma Agrária) tinham muitas dúvidas. A principal delas: como redistribuir as terras após saber quem é o dono de quê? Outra: Se há financiamento de órgãos estrangeiros (o Banco Mundial é o principal agente financeiro), que interesses estão em jogo?

Ivanílson Guimarães deixou dúvidas nas respostas. Após a discriminatória que será feita pelo Interba e o Incra, a saída mais racional seria a desapropriação das áreas, com indenização dos prováveis proprietários. Mas, para isso, são necessários recursos que teriam de vir do governo federal, já que o Banco Mundial não financia esta parte. "Resta saber se estes recursos virão..." — disse Ivanílson. Quanto aos interesses estrangeiros, ele limitou-se a lembrar o jogo capitalista: "Há um empréstimo que será devolvido com juros".

REFORMA AGRÁRIA

Depois de garantir que a não-participação das entidades de trabalhadores rurais na elaboração do "Nordestão" seria minimizada pela sua integração na execução do projeto (a Fetag participará de uma Comissão Estadual de Terras, junto com o Incra e a Coordenação de Assistência Rural), Ivanílson Guimarães deixou claro que o "Nordestão" foi proposto a partir da constatação, pelo governo, de que a política até aqui aplicada incentiva a concentração de terras, com a conseqüente expulsão dos pequenos agricultores. Admitiu ainda que a política de crédito beneficia mais o médio e o grande produtores, embora não esteja previsto crédito no "Nordestão", ao menos na primeira fase.

Após uma verdadeira sabatina de perguntas e críticas — o único elogio foi para a promoção do seminário —, os lavradores presentes saíram desconfiados, aguardando mais detalhes, e atentos para a aplicação do projeto. Aplaudiram muito os oradores — entre eles o padre Chiquinho — que chamaram a atenção para o fato de que, todas as vezes que os conflitos rurais se intensificam e os lavradores se organizam, o governo acena com um paliativo, como o "Nordestão". Os lavradores deixaram o seminário convencidos de que uma solução real para seus problemas passa, necessariamente, por uma reforma agrária ampla e massiva. E isso só com outro governo. **(da sucursal)**

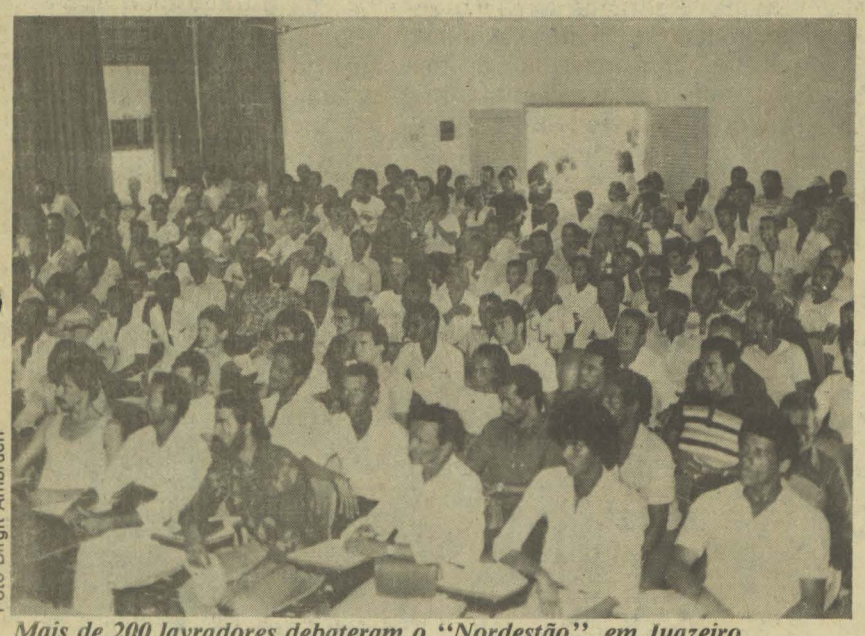


Foto Birgit Ambruch

Mais de 200 lavradores debateram o "Nordestão", em Juazeiro

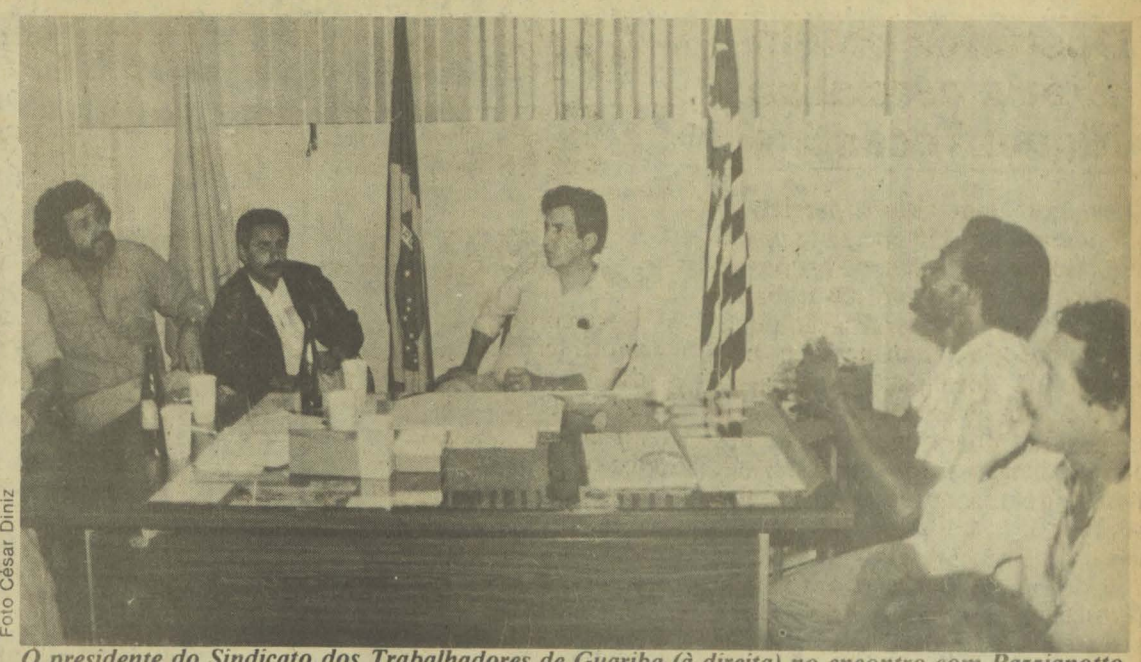


Foto César Diniz

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Guariba (à direita) no encontro com Pazzianotto

Guariba faz greve contra o desemprego

Os canavieiros de Guariba, interior de São Paulo, entraram novamente em greve nove meses após a explosão social que repercutiu em todo o Brasil em 1984. A paralisação iniciou-se dia 4, reivindicando trabalho para os desempregados e melhores salários. E despertou a atenção para as agruras destes trabalhadores volantes na época de entressafra.

Desta vez a greve foi puxada pelos desempregados. Seu estopim foi a demissão de quase 900 cortadores de cana de duas usinas de açúcar do município, entre eles 13 diretores do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Guariba. Além da contratação dos desempregados, os canavieiros exigiam o aumento da diária de Cr$ 10.300 para Cr$ 17.000, pagamento dos dias parados e reconhecimento do Sindicato.

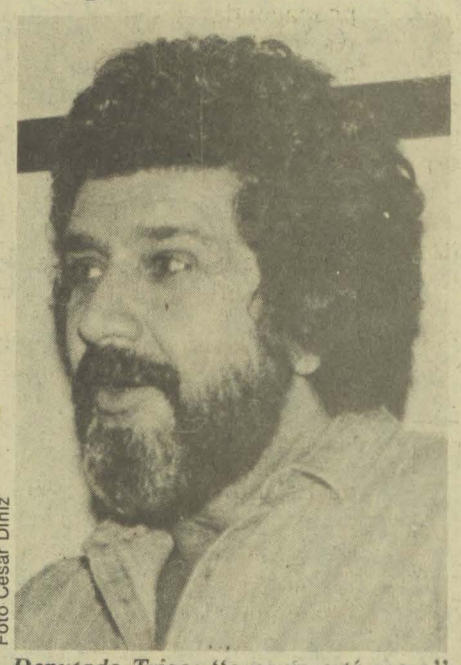


Foto César Diniz

Deputado Trigo: "o pavio está aceso"

A situação desesperadora dos desempregados levou-os à luta, apesar do momento não ser favorável, pois na época da entressafra a greve não afeta seriamente os interesses dos patrões. E estes se mostraram totalmente insensíveis ao drama de seus assalariados. Numa atitude prepotente, voltaram atrás num primeiro acordo firmado por um de seus representantes, e depois se negaram a sentar novamente à mesa de negociações, mesmo com a interferência do secretário do Trabalho, Almir Pazzianotto.

"O PAVIO ESTÁ ACESO"

Em alguns momentos a situação ficou tensa na cidade, ameaçando repetir conflitos como do dia 15 de maio de 1984, quando foi destruída a sede da Sabesp, invadido um supermercado, morto um aposentado e feridos a bala 29 pessoas pela repressão policial. Desta vez houve uma tentativa de incêndio de um canavial e ameaça de invasão do supermercado, contornado com a distribuição de alimentos aos desempregados.

O governo estadual passou a cadastrar as pessoas sem emprego para a distribuição de mais de 2 mil cestas de alimentos. Foi criado um Fundo de Solidariedade, para amenizar a penúria das famílias. Os usineiros doaram apenas a magra quantia de Cr$ 32 milhões.

O deputado Valdir Trigo, do PMDB, que esteve presente nas duas greves, disse à **Tribuna Operária** que achava vergonhosa essa "esmola": "É uma insensibilidade dos patrões para a questão, pois seis deles são donos de um fortuna de 30 bilhões de dólares. E não percebem que estão sentados sobre um barril de pólvora e que o pavio está aceso em Guariba".

PATRÕES INTRANSIGENTES

Ao contrário da greve de maio — quando os usineiros foram obrigados a conceder substanciais aumentos salariais — agora os patrões se recusavam a negociar. Um dos motivos desta atitude, reconhecido pelo secretário do Trabalho, Almir Pazzianotto, num encontro com os sindicalistas, era por ser uma "greve com gente que está automaticamente parada". Nem mesmo o fato de os trabalhadores rurais de Barrinha, São Joaquim da Barra e Jaboticabal, cidades vizinhas, terem paralisado o trabalho em solidariedade, conseguiu dar um fôlego maior ao movimento paredista. A Fetaesp tenta obter um acordo coletivo para toda a região de Ribeirão Preto.

O fato de o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Guariba, sob influência da CUT, ter puxado a greve isoladamente, debilitou o movimento. Depois a Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado de São Paulo (Fetaesp) assumiu as negociações, mas devido à débil organização do movimento paredista não foi capaz de furar o bloqueio da intransigência patronal. A falta de um centro para passar informações aos grevistas agravava essas debilidades. Muitos trabalhadores não compareciam à sede do Sindicato pois este, estranhamente, funciona numa sala cedida pelo sindicato dos patrões.

A região de Ribeirão Preto é um retrato do modelo econômico implantado pelos generais. Produz 60% do açúcar de São Paulo. É a maior produtora de álcool e laranja do país. De um lado estão os usineiros, que acumularam riquezás fantásticas e de outro, legiões de assalariados que sentem o gosto amargo da cana. O deputado Trigo diz que viu em Guariba "cenas que me lembraram Biafra. Vi lágrimas de fome".

Vida amarga na cana

Miguel Gonçalves de Oliveira, 30 anos, pai de três filhos, está desempregado há três meses. Trabalhava no corte de cana e no ano passado não participou da greve. "Eu só prefiro o emprego — diz ele. Eu estando empregado, posso manter a família."

Atualmente Miguel mora num cômodo de três metros quadrados ao lado do cemitério, cedido pela Prefeitura, pois foi despejado de onde morava e estava na rua. Sua esposa diz que, quando não tem comida para dar às crianças e elas choram de fome, "eu peço para não roubar".

Miguel faz bicos e já foi muitas vezes a pé até a Usina Santa Adélia (distante 17 quilômetros), atrás do emprego. "Não consigo e volto pra trás" — conta.

O dia para Germino Plácido da Costa, canavieiro da fazenda Santa Isabel, começa às quatro horas da manhã. Deixa seus cinco filhos dormindo e só volta da roça às sete horas da noite. "Ganho Cr$ 300 por dia e pago Cr$ 30 mil de aluguel por um barraco de três cômodos. Esse salário mal dá para a despesa e aluguel. Não dá pra comprar nem roupa ou chinelo. Carne não dá pra comprar" — explica ele.

O trabalho é duro. "Pego o caminhão às 5h40m. Chego no serviço às dez pra sete. Às vezes não dá nem tempo de tomar café. Às nove horas tem uma hora para almoço. A uma hora tem café e depois trabalhamos até as cinco. Se estiver chovendo, trabalhamos molhado o dia todo. Se pega gripe ou resfriado, o remédio é por nossa conta."

Foto César Diniz

Miguel: "Eu só prefiro o emprego — diz ele. Eu estando empregado, posso manter a família"

Camponeses de Correntina lutam contra grilagem do Bradesco

A Bradesco Agropecuária está grilando uma área de aproximadamente 15 mil hectares de terras no município de Correntina, na Bahia, a 1.044 quilômetros de Salvador. Através de retificação de área, prática muito comum e antiga nos cartórios da região, a empresa cercou uma extensa faixa de terras nos chamados "fechos dos gerais", utilizados coletivamente há mais de 100 anos por posseiros e pequenos proprietários.

Com esta retificação, os posseiros e pequenos proprietários ficaram confinados a suas casas e quintais, com o gado sem ter onde beber e comer, com as lavouras sem possibilidade de colheita. No final do ano centenas deles decidiram derrubar as cercas e dia 8 estiveram em Salvador para denunciar o problema ao Interba (Instituto de Terras da Bahia) e ao governo do Estado.

Lavradores foram à delegacia, mas os interlocutores não apareceram

TRABALHADORES REAGEM

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Correntina, Wilson Martins Furtado, acompanhado dos lavradores João Alves Barbosa e Marinho de Almeida Lauro, denunciou que o Bradesco começou a cercar a área há dois anos, parou devido à reação dos trabalhadores, mas retomou o trabalho no início de dezembro. Segundo eles, a cerca deixa mais de 100 famílias confinadas a pequenos lotes de terras, fecha dois canais de água que saem dos rios Santo Antônio e do Meio e prejudica mais de 800 trabalhadores que utilizam os "gerais" para criar gado nas pastagens coletivas e para pequenas lavouras de subsistência.

Uma primeira tentativa de acordo foi marcada para o dia 29 de dezembro. Nesta data deveria ser realizada uma audiência na delegacia de polícia de Correntina entre uma comissão de camponeses, o prefeito do município, o delegado e o empreiteiro contratado pela Bradesco, conhecido como Florêncio. Mas os 36 lavradores ficaram sem ter com quem negociar, já que não apareceu ninguém.

A partir disso os lavradores decidiram derrubar uma parte da cerca para abrir passagem ao gado que já estava ameaçado de morrer de fome e sede e para poderem cuidar de suas lavouras. Mas os empreiteiros continuaram a construção da cerca em direção ao rio Santo Antônio.

"QUEREMOS NOSSO DIREITO"

"Eu nasci e criei ali, não tenho de que sobreviver", disse Marinho de Almeida Lauro, 65 anos, pai de 13 filhos. Ele tem uma carta de anuênio assinada pelo Interba, para posterior titulação de uma posse de 10 hectares. Seu companheiro, João Alves Barbosa, 60 anos, 13 filhos, nascido no lugar, reclama: "Nós queremos nossos direitos que vêm de nossos antepassados". A região é considerada uma mina de ouro para as grandes empresas agropecuárias e reflorestadoras, que vêm grilando as terras há vários anos. **(da sucursal)**

400 famílias da Bahia ocupam agrovilas

Cerca de 400 famílias de camponeses continuam acampadas nas agrovilas 22 e 23 do Projeto Especial de Colonização (PEC) de Serra do Ramalho, no oeste da Bahia. Para desalojá-las, o INCRA autorizou uma ação de despejo, que chegou a ser tentada por um pelotão do 4º Batalhão de Engenharia em Construção, sediado em Barreiras, mas que foi suspensa após as denúncias na imprensa baiana e a abertura das negociações.

Uma comissão de lavradores, comandada pelo presidente do STR de Carinhanha (sede da agrovila 23), Pedro Sena Dourado, e pelo secretário do STR de Bom Jesus da Lapa (onde fica a agrovilla 22), esteve em Salvador e conseguiu sustar o despejo e marcar negociações com o INCRA. Segundo Pedro Sena, o PEC foi implantado em 1975 para abrigar as famílias desalojadas com a construção da barragem de Sobradinho, em Juazeiro. Como estas não aceitaram a mudança, as agrovilas ficaram abandonadas. Posteriormente os trabalhadores sem terra começaram a ocupá-las e o INCRA chegou, inclusive, a legalizar algumas invasões. Em abril do ano passado, no entanto, com a ocupação das agrovilas 22 e 23, desencadeou-se uma forte perseguição contra os lavradores.

Na reunião com o INCRA os camponeses vão defender sua manutenção nas casas e a complementação da infra-estrutura. Nesta luta os trabalhadores contam com o apoio da Fetag-BA e do Centro de Estudos e Apoio ao Trabalhador Agrícola. **(da sucursal)**

CDM Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

Ocupantes do Jardim Shangai, em Campinas, realizam passeata

Jardim Shangai é ocupado de forma bem organizada

Várias famílias campineiras, na maioria de origem operária, ocuparam no início de dezembro o condomínio residencial do Jardim Shangai. São 520 casas térreas de dois dormitórios, banheiro,sala, cozinha e lavanderia, de construção frágil e de propriedade particular.

Segundo Carlos José de Oliveira, tudo começo com a decisão dele, com mais 3 companheiros, de ocupar três casas. Depois de três dias foram presos pela Polícia Militar e só foram soltos com a ajuda de Flávio Costa, presidente da Associação do bairro vizinho, Parque Universitário.

Flávio passou a ser ameaçado. Mas apesar destas dificuldades, começou a juntar gente, dando início ao movimento organizado de tomada das casas que estavam parcialmente ocupadas por mutuários que não conseguem mais pagar o restante e abandonadas desde março de 1984.

Maura, dona-de-casa, mutuária há dois anos do Jardim Shangai, conta que "antes da construção já pagava e, quando mudei com o restante dos mutuários, fomos obrigados a assinar promissórias em branco com reajuste de acordo com a ORTN. Não tinha asfalto, luz e água; e os marginais invadiam nossas casas em pleno dia".

"Me considero vítima do Shangai. Comprei a casa por Cr$ 126 mil por mês, na promessa de que o aumento seria anual. Só que um mês depois subiu para Cr$ 197 mil. Mesmo sem pagar entrei na casa e estou participando desta luta, porque o operário tem direito de ter uma residência para seus filhos" - pensa Celina, atualmente desempregada.

Já Rosângela, uma das plantonista da sede da comissão de luta do bairro, conta que "morava num quarto com cinco filhos, pagando Cr$ 25 mil. Cansei de esperar as casas do Inocoop e da Cohab, onde ja tenho inscrição há 6 anos".

Rosângela, que é presidente fundadora da União de Mulheres de Campinas, diz que foi criada uma comissão com moradores do Shangai, Sabs de outros bairros e a União de Mulheres, que irão negociar com os proprietários do condomínio. Também foram criadas 5 comissões de trabalho: triagem e levantamento, manutenção das casas, finanças, negociação e segurança. Alguns técnicos estão trabalhando voluntariamente como é o caso do advogado dos moradores, Miguel Valente Neto, que afirma: "A vitória do movimento depende da mobilização e pressão popular dos moradores. Meu trabalho é apenas um complemento desta luta".

Todo fim de semana é feita uma quermesse com o apoio das comunidades vizinhas e do padre José Antônio. Foi realizada uma passeata com mais de 300 pessoas para falar com o prefeito Roberto Magalhães Teixeira, para pedir seu apoio e sua mediação entre os moradores e proprietários, bem como a ligação imediata de luz e água no bairro.

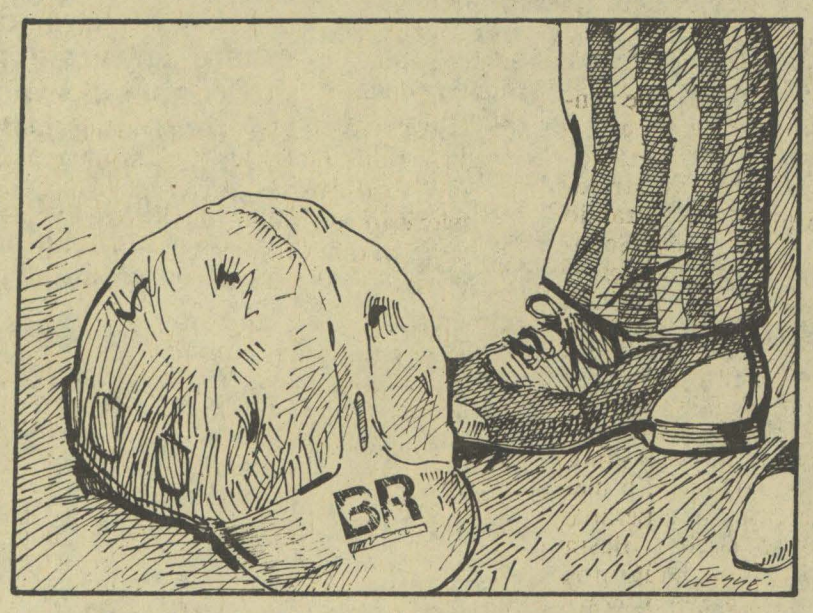
No dia 18 de dezembro foi aprovada em assembléia uma proposta de pagamento das casas, que varia de Cr$ 50 a Cr$ 80 mil por mês.

Já foi criada inclusive uma Sociedade Amigo de Bairro de Jardim Shangai, em conjunto com o Recanto do Sol II. Segundo o vice-presidente da entidade, Nicodemo Gonçalves da Silva, "a experiência foi uma grande vitória, atingindo o objetivo que era mobilizar o povo e conscientizá-lo".

Jonas Cordeiro dos Santos, presidente da entidade, considera que seu compromisso e da diretoria é lutar pelo direito de moradia e melhorias daquele bairro. "Temos cada vez mais que nos unir e levar este exemplo para outras regiões" - conclui. (amigo da TO Campinas, São Paulo)

Várias famílias campineiras abandonadas ao relento ocuparam um condomínio residencial. Resistiram a toda forma de pressão visando desalojá-las e se organizaram na luta para legalizar a situação, inclusive comprando as residências abandonadas, de propriedade particular. Vários moradores deixaram de pagar as mensalidades, que tiveram aumentos abusivos. E criou-se um clima de unidade entre mutuários e ocupantes, todos preocupados em resolver a questão de moradia de forma organizada mas defendendo seus direitos.

Conseguiram inclusive fundar uma Sociedade Amigos de Bairro, com apoio de moradores de bairros vizinhos. Como diz a carta, "temos cada vez mais que nos unir e levar este exemplo para outras regiões". (Olívia Rangel)



Petrobrás demite e desrespeita a decisão do TRT

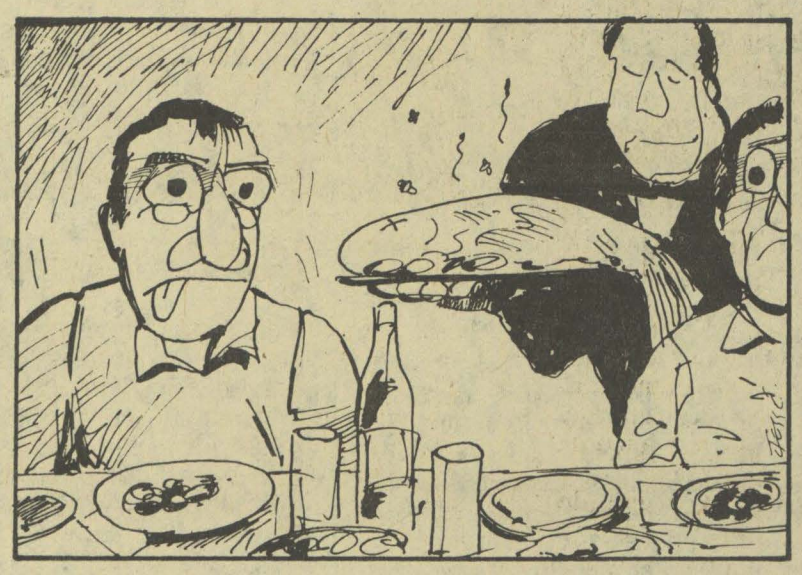
Sou apenas um dos 189 empregados demitidos da Petrobrás, que já há 18 meses ganhamos perante o Tribunal Regional do Trabalho e Junta de Conciliação do Trabalho-BA, o processo, o qual nos concede o direito de retornar ao trabalho e recebimento dos salários atrasados desde julho de 1983.

É ridículo sabermos que o nosso país é governado pelo interesse de estrangeiros o que é intenção desses imperialistas e desestabilização das nossas maiores empresas estatais.

E o sr. Shigeaki Ueki, um dos lacaios mais empedernidos desses exploradores, quando presidente da Petrobrás, deixou claro, através da imprensa, que não havia quem o fizesse readmitir os empregados que ele mesmo havia demitido.

É preciso ficar claro, também, que a greve das refinarias foi apenas um pretexto para a demissão de mais de 350 petroleiros; e a prova disso é que foram demitidos muitos companheiros que nem sequer participaram da greve.

Exigimos, portanto, que a Petrobrás cumpra a decisão judicial e readmita imediatamente todos os companheiros, pagando inclusive todos os salários atrasados desde julho de 1983. **(Geremias — Salvador, Bahia)**



Supermercados Disco intoxica funcionários

Cerca de 40 funcionários dos Supermercados Disco, no Rio de Janeiro, foram levados ao hospital Souza Aguiar com intoxicação alimentar, fruto do almoço de confraternização que lhes foi oferecido por ocasião das festas de fim de ano.

Nós, funcionários do Souza Aguiar, que estamos indignados com tal desrespeito, queremos repudiar esta ação e alertar a população para que exijam ao comprar algum produto que este seja de boa qualidade. Se a empresa não toma cuidado com o que serve aos seus funcionários, não hesitará em nos servir também produtos deteriorados. Já sofremos com o alto custo dos alimentos,não podemos arcar com o alto custo dos medicamentos para recuperar nossa saúde prejudicada.

Exigimos que a Saúde Pública tome conhecimento e providências para que fatos como esse não voltem a ocorrer. A denúncia de tal acontecimento foi feita à Rádio Globo, que se negou a divulgar, pois a empresa Disco anuncia nessa emissora. Os funcionários do Souza Aguiar se revoltaram com tamanho descaso e estão certos de que tanto a Rádio Globo como o Disco não estão interessados em defender os trabalhadores e sim seus próprios interesses de classe. **(amigos da TO no Hospital Souza Aguiar — Rio de Janeiro, RJ)**

União de Mulheres repele prisões por aborto

Em meados de dezembro de 1984 foi denunciada através do jornal "Notícias Populares" a prisão de três mulheres e um médico por prática de aborto numa clínica médica em Santo André, São Paulo.

Das três mulheres detidas, duas são operárias. A terceira é dona-de-casa.

Uma das operárias, ao explicar a razão do aborto, declarou que é solteira e já tem um filho. "Infelizmente — disse — engravidei de novo e, com medo de perder meu emprego, vim até aqui. Se fosse o meu primeiro filho não abortaria."

As autoridades brasileiras definem o aborto como crime, respaldadas pelo código penal. No entanto, segundo a Organização Mundial de Saúde, calcula-se que são feitos 3 milhões e meio de abortos por ano no Brasil. Das mulheres que praticam o aborto, 20% sofrem seqüelas e 10% morrem em decorrência das mesmas.

Isso em números quer dizer: 700 mil mulheres sofrem as conseqüências de um aborto mal feito e 70 mil morrem. É fácil deduzir que os abortos praticados clandestinamente são feitos geralmente em precárias condições de higiene, por preços elevados.

Por outro lado, como declarou a operária presa em Santo André, muitas mulheres fazem aborto com medo de perder o emprego, pela alta do custo de vida, por falta de informações e acesso aos meios de evitar a gravidez.

É por isso que a União de Mulheres de São Paulo ao prestar solidariedade às mulheres presas em Santo André reafirma sua bandeira de luta pela descriminalização do aborto, para que ele não seja considerado crime e para que a mulher tenha respeitado o direito à assistência médica necessária. **(Maria Amélia de Almeida Teles — presidente da União de Mulheres de São Paulo)**

Revista denunciará atrocidades do ditador Pinochet

A Associação Brasileiro-Chilena de Amizade lançará neste mês de janeiro a revista informativa e de análise sobre a realidade chilena, intitulada "Alameadas — por donde passar el hombre libre...". A revista visa mostrar a realidade do povo chileno, frente ao terror desencadeado pelo regime fascista do general Pinochet, que mantém o país em estado de sítio, com ajuda do imperialismo norte-americano.

Atualmente milhares de chilenos são enviados para os campos de concentração, sendo o mais conhecido o de Piságua, no norte do país. Outros tantos estão presos em cadeias e quartéis secretos da Central Nacional de Informações, submetidos a tortura. Os pedidos para a revista devem ser enviados para a Caixa Postal 30.426 — CEP 01051 — São Paulo. **(Antônio da Silva Ortega, diretor do Sindicato dos Metroviários de São Paulo)**

Professoras de Marabá têm medo até de falar

Estou escrevendo para este corajoso jornal porque sei que ele denuncia e propaga pelo Brasil inteiro as injustiças que fazem com a classe trabalhadora.

Aqui em Marabá são grandes as injustiças. Um empregado pode ser despedido a qualquer hora sem direito algum. As professoras são muitas mas desorganizadas, não se unem nem se filiam à sua associação. Têm medo até de falar, pois quem reclama é tachado de subversivo.

O salário sempre atrasa de 10 a 15 dias. E agora estão dizendo que vai atrasar 20 dias. Além disso não pagam tudo de uma vez. Não se tem aviso e muitas vezes a pessoa faz três viagens para receber, gastando até Cr$ 3 mil com passagem.

Além do salário-mínimo não dar para viver, ainda se sofre humilhação; quando se perde um dia de aula, tem desconto no ordenado. Não existe união na classe e muitos procuram adular para ganhar promoção.

Quando o salário aumenta, antes dos trabalhadores receberem já subiram os preços das mercadorias. O pão está custando Cr$ 400, o leite Cr$ 800, passagem Cr$ 450. Mas o salário dos professores ainda não aumentou... **(leitor da TO — Marabá, Pará)**

Ferroviários em passeata contra manobras do pelego

Ferroviários denunciam pelego do Sindicato

Nós, ferroviários, não desejamos para nenhuma categoria, em 1985, o que ocorreu conosco o ano passado. A cachorrada que o presidente do nosso Sindicato fez com nossa categoria é inacreditável. Foi o único sindicato que não somou com as massas na organização dos comícios pelo retorno urgente da democracia.

Na luta pela assinatura do contrato coletivo, Rubens Craveiro Presi correu dos trabalhadores como o diabo corre da cruz. Quando vimos que o canalha não iria realizar a Assembléia fizemos um pedido dentro da lei.

O pelego e seus lacaios pulbicaram um edital num jornal do Rio de Janeiro, totalmente desconhecido em São Paulo, marcando assembléia para o dia de um feriado prolongado — 12 de outubro — tentando desarmar nossa mobilização. Fizemos o mais duro protesto ás manobras criminosas e sujas contra a organização operária e uma concentração de trabalhadores em frente ao Sindicato da Zona Sorocabana, onde ouvimos vários discursos fazendo severas acusações ao pelego.

O mais triste para nós foi que nosso presidente não se defendeu dessas acusações. Por que será? Logo em seguida deu uma entrevista aos jornais publicada em 22 de outubro, denunciando sócios do Sindicato, fazendo papel de polícia, caluniando o governo democrático de São Paulo, fazendo o jogo sujo malufista, chegando a ter o descaramento de afirmar que um trabalhador com 30 anos de experiência mecânica com todos os cursos do Senai não tem condições para ser mecânico!

Mas, não resistindo ao rolo compressor das reivindicações operárias, teve que realizar uma assembléia dia 28 de novembro, quando o prédio do Sindicato ficou lotado.

Não resistindo a nossas indagações, ele cortou o som para que ninguém ouvisse, aplicando na prática um AI-5. Como se isso não bastasse, ele leu um documento que todos puderam ouvir, que era de conhecimento apenas do Diretor de Recursos Humanos da Fepasa.

Isso mostrou duas coisas: uma, que ele é entrosado com trombadinhas malufistas que ainda ocupam cargos-chave na direção da Fepasa, segundo manifesto do núcleo do PMDB na empresa publicado em 27 de dezembro de 1984.

Presidente de sindicato não é para fazer acordo com os patrões e conseguir empregos para seus aliados; é para defender com toda energia a categoria das injustiças das classes dominantes. No nosso Sindicato ocorre o contrário. Não podemos ficar calados diante dessas covardias. Ele cassou arbitrariamente o delegado sindical Aparecido Figueiredo da maior oficina do subúrbio de Presidente Altini tentando ameaçar sem piedade a voz proletária.

A roda do destino é caprichosa. Um dia haverão de prestar contas com a Justiça. Esse leiloeiro dos nossos salários, do pão de nossos filhos, tem seus dias contados. Está se aproximando a mais humilhante derrota que se pode imaginar. Quando um covarde perde o bonde da história só lhe resta a total derrota. **(J.S.F. — São Paulo, SP)**

CDM Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

Transações do futebol nos grandes clubes

Não é difícil prever o que se pode esperar da temporada de futebol de 1985 se se observar a movimentação nos bastidores dos grandes clubes. E o que se vê não é um quadro animador.

A última performance de razoável nível técnico do nosso futebol aconteceu em 1982, a despeito do malogro da seleção de Telê na Copa da Espanha. O Flamengo exibia então um futebol irresistível, sob o comando de Zico. O Vasco, com uma esquipe bem montada, não lhe largava o calcanhar nas tabelas dos torneios cariocas. Em São Paulo, Corinthians e São Paulo se rivalizavam em disputas emocionantes na briga pelos títulos. O Atlético Mineiro, de Cerezzo, Reinaldo e Eder, e o Grêmio de Porto Alegre, que iniciava a caminhada que o levaria ao título mundial em 1983, fechavam o leque das grandes equipes daqueles dias.

CONTORNOS DRAMÁTICOS

1983 iniciou-se com muitas transações entre os grandes clubes para cair, logo após o encerramento da Taça de Ouro, no maior êxito de valores que o futebol brasileiro já sofreu. Cerezzo, Zico, Batista, Elói, Pedrinho, Luvanor foram juntar-se a Falcão, Edinho, Dirceu e Juari, que já haviam se transferido para o futebol europeu. E, finalmente em 1984, a sangria se completou quando a Inter de Milão levou Sócrates e o Torino contratou Júnior.

A crise que então afligia o futebol tomou, a partir daí, contornos dramáticos. O nível das competições caíram para escalas nunca antes atingidas e as partidas, com exceção das finalíssimas, passaram a ser assistidas apenas pela imprensa e por pipoqueiros e sorveteiros.

NOMES MODESTOS

Dessa triste situação é que se desdobram os movimentos iniciais do círculo futebolístico em 1985. Os grandes clubes, em sua maioria, agonizam estrangulados por dívidas fantásticas. E ao invés de saírem em busca de reforços, como seria normal em início de campanha, os cartolas procuram compradores para as poucas atrações que restam em seus plantéis. O São Paulo quer vender o meia Renato, um nome que alegraria qualquer torcida e facilitaria o trabalho do técnico mais exigente. Mas, quem com um bilhão em caixa para fechar o negócio? O mesmo vale para Delei do Fluminense, Jorginho do Palmeiras, Nunes do Flamengo e Zenon do Corinthians.

Os negócios até aqui concluídos pelos grandes clubes envolvem nomes modestos. Como Mendonça, comprado pelo Palmeiras da Portuguesa, e Chiquinho, que o Flamengo foi buscar em Ribeirão Preto. A transferência de Hugo De Leon para o Corinthians, se concretizada, será a única transação de peso. Aliás, protagonizada pelo Corinthians, que é um dos únicos clubes sem dívidas, graças aos milhares de dólares que recebeu pela venda de Sócrates.

Mas o exemplo mais ilustrativo da crise fica para o Santos. Apesar de ter ganho o título paulista do ano passado, o time da Vila Belmiro é o que registra a maior dívida dos clubes de São Paulo, beirando a casa dos dois bilhões de cruzeiros. Não pode, assim, reforçar a equipe para a atual temporada. E ainda teve que vender Paulo Isodoro para o Atlético de Belo Horizonte para pagar os bichos atrasados dos jogadores, estando ameaçado de vender Serginho ou Zé Sérgio para escapar do sufoco das dívidas.

Portanto, se a última temporada foi fraca, nenhuma grande revelação explodiu e, se os clubes não conseguem se mexer no fundo do poço da crise, o melhor que se pode esperar é uma reprise de 1984. Basta voltar alguns parágrafos atrás pra saber como será.

(Jessé Madureira)

Haroldo Lima escreve sobre itinerário do PC do Brasil

O deputado federal Haroldo Lima acaba de lançar a 2ª edição do livro o "Itinerário de Lutas do Partido Comunista do Brasil (PC do B). De 1922 a 1984", pela Editora Maria Quitéria. Um livro que "comenta e analisa pouco. É um roteiro para estudo, para pesquisa e desenvolvimento posterior", conta o autor.

Segundo Haroldo, "a classe operária é a classe mais disputada do país. Todas as demais classes procuram cooptá-la neutraliza-la ou ganhar o seu apoio. A razão principal para dar à classe operária a orientação segura, garantir-lhe a independência e a conquista de seu objetivo especial - o socialismo - é a existência de seu próprio partido, o Partido Comunista do Brasil. A história do PC do B é grandemente desconhecida, adulterada. A burguesia, através de diferentes correntes, tem procurado adulterar a tradiçaõ de luta da classe operária e a história do seu Partido. Tendo feito palestras em diferentes locais do país, senti a necessidade de divulgar mais amplamente os dados básicos da vida do PC do B. Daí surgiu este "Itinerário de Lutas do PC do B".

O deputado federal baiano alerta que "é muito débil a produção literária sobre a experiência histórica do Partido do proletariado no Brasil. Essa debilidade aprofunda a debilidade da própria consciência da classe operária e a construção do Partido se ressente da herança do passado. Este "Itinerário" é uma ajuda para recolocar nos verdadeiros termos fatos e interpretações de fatos básicos dos últimos 62 anos. Há que se republicar a prazo curto o '50 anos de luta', que o PC do B editou pela passagem do seu cinqüentenário.

Ainda neste ano, o jornalista Moacir de Oliveira Filho publicará um livro sobre a Insurreição de 1935, que toma por base as memórias de José Praxedes, líder do governo popular de Natal, e que ajudará a uma interpretação científica daquele importante evento. Tudo isso não prescinde a necessidade de uma produção de maior fôlego sobre a história dos 63 anos do Partido Comunista do Brasil".

Haroldo Lima defende a existência legal do PC do B. "Na nova fase que o Brasil está enfrentando, necessariamente haverá um desdobramento da liberdade. A liberdade de organização partidária, inclusive, será um desdobramento inevitável da vida política do país. E a legalidade do Partido da classe operária será uma conquista, uma necessidade do processo de democratização do Brasil e uma necessidade para o avanço da classe operária."

"Itinerário de Lutas do PC do B" pode ser adquirido por Cr$ 2 mil junto à Editora Anita Garibaldi, rua Brig. Luís Antônio, 317 — sala 43, CEP 01317.

Nas ruas, o PC do Brasil conquista a legalidade

Scorpions: o rock pobre, repetitivo, contra as origens de protesto e contestação

Rock pauleira na festa do lucro "in" Rio

A partir de 11 de janeiro, anunciam os anúncios comerciais, o Rio será tranformado na "Capital mundial do rock". O festival *"Rock in Rio"* é motivo das conversas cariocas e das grandes cidades do país da televisão, do rádio, das revistas. Um empreendimento grandioso, com o qual os organizadores pretendem auferir polpudíssimos lucros.

Iron Maiden, Yes, Ozzi Osbourne, All Jarreau são algumas das atrações internacionais do festival. A participação brasileira ficará por conta de Moraes Moreira, Elba Ramalho, Gilberto Gil, Rita Lee, etc. Os produtores do *Rock in Rio* pretendem repetir os grandes festivais de *rock* dos anos 60, como o de Monterrey e o de Woodstock — que marcaram época principalmente pelo caráter de protesto político da juventude contra as guerras (com destaque para a do Vietnã), protesto contra a sociedade de consumo e apelo à paz e à igualdade.

Iron Maiden: som em toneladas

O *rock* tem suas raízes no *jazz*, no *soul*, no *blues* e em outras formas de músicas da cultura negra dos Estados Unidos. Surgiu como expressão da rebeldia da juventude, contra a sociedade de consumo e o reacionarismo americano do pós-guerra. Nomes como Litle Richard, Bill Halley, chocaram a sociedade americana. O capitalismo, vendo a força desta música, procurou absorvê-la, buscando lucros.

Rock, entre o protesto juvenil e a alienação

Surge Elvis Presley como expressão máxima do *rock*, "criado" para ser um ídolo da juventude roqueira da década de 50. Daí em diante, até os nossos dias, o *rock* tem vivido uma grande controvérsia: a de ser uma arte de protesto juvenil ou a de ser um simples objeto de consumo, lucro e alienação com seus ídolos pré-fabricados.

A partir de 1969 surge o *heavy metal*, o *rock* pesado, "pauleira" por excelência, de letras inaudíveis. Em 1976 o *heavy* se esgotou. Surge o *punk*, que acaba em 1979. Aparece o *new wave*. Na falta de mais caminhos reedita-se o *heavy* com o Kiss, Ozzy Osbournne, Scorpions, etc. Já não é mais o *rock* protesto. Passa a dominar um *rock* pobre, repetitivo, de caráter reacionário.

O *Rock in Rio,* que, segundo seus organizadores, será um culto à paz, ao amor e ao Ano Internacional da Juventude, é na verdade uma grandiosa jogada comercial. Representa mais que um simples festival e está longe de ser o "novo Woodstock".

Apesar de contar com alguns nomes de peso da música brasileira e internacional, sua programação deixa muito a desejar. Rolling Stones, Pink Floyd ou Raul Seixas estão de fora. Por outro lado, alguns dos grupos que se apresentarão são tipicamente pré-fabricados, não apresentando nenhum tipo de qualidade musical. Tenta-se compensar com um som eletrônico extremamente potente: são 80 mil watts de potência.

Já o apelo à paz e ao amor também parece estar um pouco distante. É provável que a grande parte dos jovens espectadores defenda a paz e a liberdade, e vibre com a vitória do Tancredo. No entanto este não é o caráter do festival em si. Será mesmo o *show* eclético, uma ofensiva do imperialismo, do que há de pior no *rock*, o *heavy metal*, apologista do silêncio pelo silêncio, da destruição de tudo. Como falar da paz com Ozzi Osbourne comendo morcegos, degolando aves no palco? Com o Iron Maiden procurando demonstrar a superioridade do homem sobre a mulher? Com certeza não é a forma com que a maioria dos jovens que estarão lá encara a vida.

Para os patrocinadores do *Rock in Rio*, o objetivo é faturar bilhões. As gravadoras esperam "estourar" com seus artistas do *rock* ainda com pouca vendagem no Brasil. Calcula-se que já foram vendidas mais de 1 milhão de camisetas, 18 mil toalhas de praia e 150 mil litros de cerveja com a promoção. Para a abertura do festival foi composto um hino que, segundo alguns órgãos de imprensa, lembra a música da cerveja Malt 90. Às lojas do local só tiveram acesso grandes grupos comerciais, como o Bob's (prevê lucros de Cr$ 3 bilhões) ou a MacDonalds. A Globo tem exclusividade nas transmissões. Desde o logotipo até o local, tudo foi estudado de forma a haver o maior consumo — e o maior lucro — possível.

Poucos são os jovens que terão condições de pagar Cr$ 28 mil por dia ou Cr$ 185 mil por dez dias de espetáculos, num país com inflação de 250% ao ano, onde a maioria da população ganha menos de 3 salários-mínimos e o desemprego flagela a juventude.

O festival demonstra o quanto se procura transformar a cultura em mero empreendimento lucrativo. E como as classes dominantes de nosso país dão pouco valor à música brasileira e latina. Como questionou Paulinho da Viola, "por que não se promove um grande festival de música brasileira?"

As 200 mil pessoas por dia, que são esperadas, vão ao *Rock in Rio* para se divertir, ver e ouvir astros nacionais e estrangeiros. E, apesar das tentativas dos burgueses de confundir apelos neuróticos com o culto da paz e de comercializar a cultura, os jovens saberão valorizar e diferenciar a boa música e lutar pela verdadeira paz e a verdadeira liberdade. **(Clara Araújo e Igor Grabois, do Rio)**

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista - São Paulo - CEP 01318.
Telefone: 36-7531 (DDD 011).
Telex: 01132133 TLOBR.
Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira.
Conselho de Direção: Rogério Lustosa, Bernardo Jofilly, Olívia Rangel.
ALAGOAS - Arapiraca: Praça Luís Pereira Lima, 237, sobreloja, CEP 57000, **Maceió:** Rua Cincinato Pinto, 183 - Centro - CEP 57000.
AMAZONAS - Manaus: Rua Simon Bolivar, 231 (ant. Praça da Saudade) - Caixa Postal 1439 - Rua João Pessoa, 53, São Lázaro. Telefone 237-6644 - CEP 69000.
BAHIA - Camaçari: Rua José Nunes de Matos, 12 - CEP 42800. **Feira de Santana:** Av. Santos Dumont, 218 - Centro - CEP 44100. **Itabuna:** Av. do Cinqüentenário, 928, 1º andar, sala 1, Centro - CEP 45600. **Itapetinga:** Av Santos Dumont, 44, 1º andar - Centro. **Juazeiro:** Rua Américo Alves, 6-A — CEP 44060 — **Paratinga:** Rua Pereira Moacir, 96. CEP 47.500. **SALVADOR:** Rua Senador Costa Pinto, 845, Centro. CEP 40.000. **Simões Filho:** Praça 7 de Setembro (prédio da antiga Cimesf). CEP 43.700.
DISTRITO FEDERAL - Brasília: Edifício Venâncio IV - sala 312 - CEP 70302.
CEARÁ — Fortaleza: Rua Barão do Rio Branco, 1809 — Centro — CEP 60.000

Tribuna Operária da Paulo

Iguatu: Rua Floriano Peixoto, 408, 2º andar - CEP 79960. **Sobral:** Av. Dom José, 1236, sala 4 - CEP 62100.
ESPÍRITO SANTO - Cachoeiro do Itapemirim: Praça Gerônimo Monteiro, 89, sala 2 - Centro - CEP 29300. **Vitória:** Rua Duque de Caxias, 112, Edifício Aguirre, sala 15 - CEP 29000.
GOIÁS - Goiânia: Rua 27, nº 69 - Centro - CEP 74000. **Anápolis:** Rua 14 de Julho, 821 — Centro. CEP 77100.
MARANHÃO - São Luís: Rua da Saavedra, 99 - Centro - CEP 65000.
MATO GROSSO - Cuiabá: Rua Comandante Costa, 548 - Fone 321-5095 - CEP 78000.
MATO GROSSO DO SUL - Campo Grande: R. Antônio Maria Coelho, 1152, 1º andar, sala 15 - CEP 79100.
MINAS GERAIS - Belo Horizonte: Rua Padre Belchior, 285 - Centro - Fone: 224-7605 - CEP 30000. **Juiz de Fora:** Galeria Constança Valadares, 3º andar, sala 411 - CEP 36100.
PARÁ - Belém: Rua Manoel Barata, 993. CEP 66000.
PARAÍBA - João Pessoa: Rua Duque de Caxias, 540 - 2º andar, sala 201 - Calçadão - Centro - CEP 58000. **Campina Grande:** Rua Venâncio Neiva, 318 - 1º andar - CEP 58100.
PARANÁ — Curitiba: Rua Tibagi 428. CEP 80000. Fone: 234-7484. **Londrina:** Rua Sergipe, 984, sala 206, 2º andar. CEP 86100.
PIAUÍ - Teresina: Rua Barroso, 144 - 1º andar, sala 4 - CEP 64000.
PERNAMBUCO - Cabo: Rua Vigário Batista, 236 - CEP 54500. **Garanhuns:** Rua Dantas Barreto, 5 - sala 1 - Centro - CEP 55300. **Recife:** Rua Sossego, 221, Boa Vista.
RIO GRANDE DO NORTE - Natal: Av. Presidente Bandeira, 406, sala 109 - Alecrim - CEP 59000.
RIO GRANDE DO SUL - Porto Alegre: Rua General Câmara 52, sala 29 - CEP 90000. **Caxias do Sul:** Rua Dal Cannale, 1891, 2º andar, fundos, CEP 95100. **Pelotas:** Rua Andrada Neves, 1589, sala 403 - CEP 96100. **Cachoeirinha:** Av. Flores da Cunha, 1235, sala 520. Aberto depois das 18 horas e sábados das 9 às 12 horas.
RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro: Rua Álvaro Alvim, 31, sala 1801 - Cinelândia - CEP 20000. **Niterói:** Av. Amaral Peixoto, 370, sala 808 - Centro - CEP 24000. **Duque de Caxias:** Rua Nunes Alves, 40, sala 101 - CEP 25000. **Nova Iguaçu:** Av. Marechal Floriano, 2248, sala 4, Centro. CEP 26000.
SÃO PAULO - Americana: Av. dr. Antônio Lobo, 281, sala 6 - CEP 13470. **Campinas:** Rua Senador Saraiva, 448, fone: 2-6345 - CEP 13100. **Marília:** Rua Dom Pedro, 180 — CEP 17500. **Osasco:** Rua Ten. Avelar Pires de Azevedo, 26, 2º andar, sala 12 - CEP 06000. **São Carlos:** Av. São Carlos, 2119, Caixa Postal 533 - CEP 13560. **Taubaté:** Rua Anísio Ortiz Monteiro, 41 - CEP 12100. **São José dos Campos:** Rua Vilaça 195, 1º andar, sala 19 - CEP 12200.
SERGIPE - Aracaju: Avenida Rio Branco - Edifício Oviedo Teixeira, sala 1220. CEP 49000.

A TRIBUNA OPERÁRIA é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. Composição, Paste-Up, Fotolito e Impressão, Cia. Editora Joruês, Fone: 815-4999 - São Paulo - SP.

Sim, eu quero receber a *Tribuna Operária*.
Envio junto com este cupom um cheque nominal à *Editora Anita Garibaldi Ltda.*, pela seguinte opção de assinatura:

Anual (52 edições) ☐ Cr$ 70.000,00
Anual popular (52 edições) ☐ Cr$ 35.000,00
Semestral (26 edições) ☐ Cr$ 32.800,00
Semestral popular (26 edições) ☐ Cr$ 16.400,00
Anual para o exterior (em dólares) ☐ US$ 70,00

NOME: .....
ENDEREÇO: .....
.....
BAIRRO: .....
CIDADE: ..... CEP: .....
ESTADO: .....
PROFISSÃO: ..... DATA: ...../...../.....

Enderece a carta com seu pedido de assinatura para a Editora Anita Garibaldi: rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01318

Preços válidos por tempo limitado. Envie hoje o seu cupom.

Receba em casa a Tribuna Operária fazendo já a sua assinatura!

Tribuna Operária Cr$ 700,00
300 PMs caçam posseiros no Pará
Ofensiva contra esquema

CDM Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

PM tocaia e mata líder camponês

A Polícia Militar do Pará assassinou a tiros o líder camponês Quintino Lira da Silva, sexta-feira, dia 4, no povoado de Vila Nova, município de Vizeu. Quintino foi a uma festa de aniversário, na casa do colono *Florzinho*. O destacamento chefiado pelo capitão Cordovil cercou a casa, à noite, e matou-o junto com os lavradores Sebastião e *Mão de Sola*.

Quintino, morto, com os orifícios das balas que lhe trespassaram o coração e o pescoço; ao lado, cena do protesto nos 150 anos da Cabanagem

Na edição anteior (**nº 199**), a **Tribuna Operária** denunciou em longa matéria a caçada humana a Quintino e Abel — líderes dos camponeses que enfrentam a grilagem da Cidapar-Propará, em Vizeu.

Dito e feito. Pouco depois Quintino era abatido com dois tiros de fuzil, um no coração e outro no pescoço, à queima-roupa. Nem teve chance de se defender. E como por ironia o crime ocorreu às vésperas do sesquicentenário da Cabanagem (**ver página 5**), o grande movimento revolucionário do povo pobre que tomou o poder no Pará em 1835.

Por ordem do comandante-geral da Polícia Militar paraense, coronel Francisco Machado, a polícia negou-se a entregar o corpo de Quintino mesmo a seus familiares. Em Belém, dezenas de personalidades se mobilizaram para receber o corpo e prestar-lhe as últimas homenagens. A PM, entretanto, despistava a todos com informações falsas. Durante o dia de sábado as tentativas de localizar o cadáver se sucederam. Procurou-se até o governador do Pará, Jáder Barbalho (PMDB), que não foi encontrado.

Sepultado em cova rasa, de calção

Somente à noite apurou-se que a polícia levara o corpo de Quintino para o município de Capanema e ali o sepultara, em cova rasa, vestido apenas de calção, "como um bicho", segundo declarações de familiares.

O advogado José Carlos Castro, conselheiro da OAB-Pará e coordenador da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos desta entidade, deverá entrar com mandato judicial para exumação do cadáver de forma a possibilitar uma necrópsia e um sepultamento condigno.

O assassinato de Quintino comoveu o Pará. Entre os lavradores de Vizeu ainda perdura certa incredulidade. Muitos não acreditam em sua morte. Mesmo vendo sua fotografia em todos os jornais de Belém, morto, um lavrador de outra região dizia: "Acho que não foi Quintino. Esta foto não está nada parecida com ele".

Grileiros comemoram com churrascos

Já os latifundiários e grileiros paraenses estão festejando publicamente a morte do "gatilheiro". Soltam foguetes e se oferecem churrascos, como foi o caso do fazendeiro Manoel Moutinho, dono também de um posto de gasolina em Capitão Poço, que mandou fazer uma grande festa para comemorar o assassinato do líder camponês.

Segunda-feira, dia 7, as entidades democráticas e populares do Pará fizeram um protesto público durante a inauguração do memorial da Cabanagem pelo governador Jáder Barbalho: desfraldaram faixas e cartazes e distribuíram uma enérgica nota de denúncia.

"O assassinato de Quintino — declaram — não é um fato isolado. A Polícia Militar do Estado está cometendo todo tipo de violências, arbitrariedades, desrespeito aos mais sagrados direitos humanos por todo o interior do Pará, sempre a serviço do latifúndio e da grilagem, a serviço do crime organizado contra os trabalhadores. Agora mesmo, há mais de um mês, tortura indiscriminadamente homens, mulheres e crianças em Vizeu, soltando bombas, invadindo residências, violando mulheres, praticando fuzilamentos simulados contra a população local.

"As representações populares e democráticas, abaixo-assinadas, vem perante o povo paraense denunciar a grilagem e o latifúndio, sustentados pelo governo federal há 20 anos de ditadura, como responsáveis por este crime. Entretanto cumpre-nos também denunciar a atitude do governo do Estado que, submisso a pressões, mandou caçar e assassinar Quintino. Exigimos, a 150 anos da Cabanagem, que se ponha fim à matança dos lavradores e à impunidade dos assassinos". **(da sucursal)**

Abel, o próximo "marcado para morrer" em Vizeu

O coronel Francisco Machado, comandante-geral da Polícia Militar do Pará, declarou à imprensa que a PM continuará na área "para prevenir represálias e prender Abel" que, segundo ele, é "outro chefe dos pistoleiros". Na verdade (**ver TO nº 199**) Abel é, há muitos anos, outro líder dos camponeses de Vizeu. Nascido e criado na região do Alegre, dentro da área grilada pela Cidapar-Propará, ele fez incontáveis viagens a Belém, pedindo providências contra os pistoleiros do Propará, antes de passar a combater na mata a jagunçagem contratada pelos grileiros.

Sabe-se inclusive que, por ser filho da terra, Abel tem uma liderança maior ainda que a de Quintino, reunindo mais lavradores à sua volta. E que, mesmo sem nenhuma escolaridade, tem uma compreensão política maior sobre a necessidade da reforma agrária e da luta dos trabalhadores por mudanças profundas em nossa sociedade.

"Querem fazer de um líder camponês uma fera acuada"

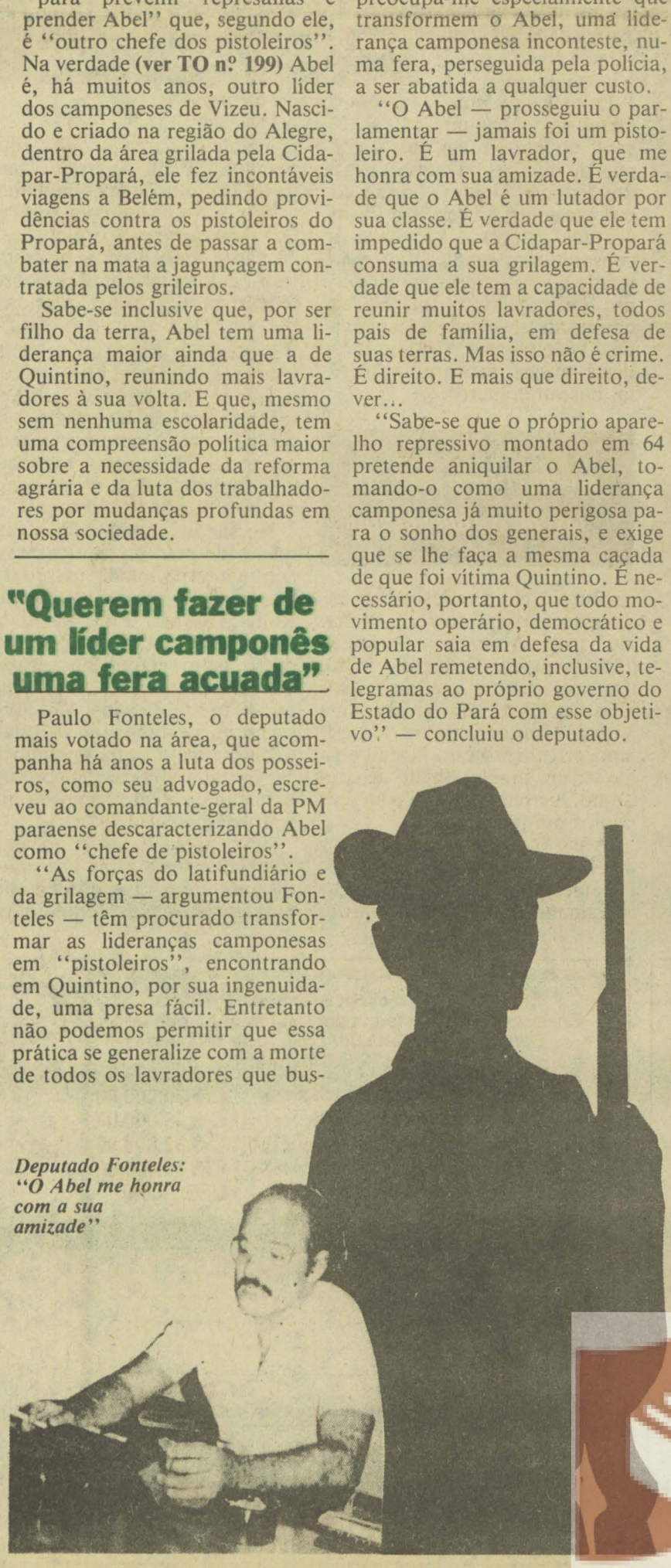
Paulo Fonteles, o deputado mais votado na área, que acompanha há anos a luta dos posseiros, como seu advogado, escreveu ao comandante-geral da PM paraense descaracterizando Abel como "chefe de pistoleiros".

"As forças do latifundiário e da grilagem — argumentou Fonteles — têm procurado transformar as lideranças camponesas em "pistoleiros", encontrando em Quintino, por sua ingenuidade, uma presa fácil. Entretanto não podemos permitir que essa prática se generalize com a morte de todos os lavradores que buscam apenas o direito à terra e ao trabalho.

"Como deputado estadual representante do povo paraense, preocupa-me especialmente que transformem o Abel, uma liderança camponesa inconteste, numa fera, perseguida pela polícia, a ser abatida a qualquer custo.

"O Abel — prosseguiu o parlamentar — jamais foi um pistoleiro. É um lavrador, que me honra com sua amizade. É verdade que o Abel é um lutador por sua classe. É verdade que ele tem impedido que a Cidapar-Propará consuma a sua grilagem. É verdade que ele tem a capacidade de reunir muitos lavradores, todos pais de família, em defesa de suas terras. Mas isso não é crime. É direito. E mais que direito, dever...

"Sabe-se que o próprio aparelho repressivo montado em 64 pretende aniquilar o Abel, tomando-o como uma liderança camponesa já muito perigosa para o sonho dos generais, e exige que se lhe faça a mesma caçada de que foi vítima Quintino. É necessário, portanto, que todo movimento operário, democrático e popular saia em defesa da vida de Abel remetendo, inclusive, telegramas ao próprio governo do Estado do Pará com esse objetivo" — concluiu o deputado.



Deputado Fonteles: "O Abel me honra com a sua amizade"

Canto-pranto para um gatilheiro paraoara

I

Para a mesma mensagem
abre-se o velho pano
festeja-se a Cabanagem
fuzilando um cabano.

II

Som em cada sino
dos senhores da terra
Quintino, Quintino
acabou tua guerra
Tapuios sem nome
na luta sofrida
mais tempo com fome
e a roça perdida.
Até quando, até quando
gente sem memória
caminhará pisando
no ventre da história?

III

Quintino, Quintino
do rio Gurupi
coração menino
da cor do açaí
não morreste Quintino
ficaste encantado
tecendo o destino
de um povo enganado
caboclo valente
armado de fé
há um sol nascente
para toda maré
sossega e espera
na paz de Tupã
pois a tua quimera
é o nosso amanhã

IV

Quintino, Quintino
coração de menino.
A noite permanece
na voz que se cala
a justiça fenece
no silvo da bala
mas o sonho floresce
na vida que fala.

Nazareno Tourinho, da Academia Paraense de Letras

Quintino, o gatilheiro matador de cabra safado

Quintino Lira da Silva era seu verdadeiro nome, mas dizia chamar-se Armando Oliveira da Silva, para proteger a família. "Gatilheiro, matador de cabra safado", como gostava de se intitular, ainda depois de morto é uma figura que causa perplexidade para quem acredita que a luta de classes pode ser medida com régua e compasso.

Jamais foi um líder camponês politicamente preparado. Produto espontâneo da luta dos lavradores do Pará, não possuía uma visão clara das classes que o rodeavam, da luta entre elas, nem de seus métodos de enfrentamento. Sequer entendia a necessidade de uma reforma agrária em todo o território nacional. Sua concepção, espontaneísta e simples, restringia-se à região de Vizeu e cercanias.

Ingênuo a respeito da força do latifundiário, Quintino resolveu, desabridamente, desafiá-lo de armas na mão. Para sustentar a luta contra a poderosa Propará e outros grupos latifundiários, passou a exigir de muitos fazendeiros contribuições em dinheiro e gado e por isso o caracterizaram como bandido. Intimorato, anunciava ter matado mais de cem cabras safados. Seu mito era Lampião. Gostava de ser fotografado de armas na mão, de dar entrevistas e deixava que o chamassem de pistoleiro.

Não era o protótipo do líder camponês, aproximando-se daquilo que a sociologia tem chamado de "bandido social". A seu respeito, o deputado Luís Maria (PMDB-PA) dá um depoimento precioso: "O Quintino era um lavrador pacato. Teve um caso com um tal de Paranaense, que lhe teria tomado a terra. O Quintino entrou com uma ação na Justiça, de reintegração da posse, mas parece que perdeu a terra. Por isso teria matado o Paranaense. Trabalhou comigo durante muito tempo".

O povo o amava. Por isso foi assassinado

Durante mais de um ano Quintino foi um grande defensor dos colonos de Vizeu. Em depoimentos da população local, todos, sem exceção, inclusive comissários de polícia, o apontaram como uma verdadeira barreira aos interesses da grilagem da Cidapar-Propará. Elequeria a desapropriação da gleba. Dizia que não ia depor as armas enquanto a terra não fosse entregue aos lavradores e os pistoleiros expulsos da região.

Quintino era profundamente amado peló povo de Vizeu. Respeitava os moradores e jamais abusou deles. Pagava suas contas aos pequenos comerciantes e não permitia que os colonos fossem explorados. Mas dava tratamento diferente aos latifundiários: quando, certa vez, o gado do arqui-reacionário deputado Guaracy Silveira (PDS) invadiu e estragou a roça de um colono, Quintino mandou uma carta ao deputado, cobrando-lhe Cr$ 2 milhões — um para o lavrador, pelo estrago, e outro para ele, pelo serviço de cobrança. E o dinheiro foi pago...

Assim era Quintino. E por isso foi assassinado.

CDM Centro de Documentação e Memória Popular